

filantropia & gestão social

Ponto de Vista

Jaques Weltman, cofundador do Airu, fala sobre o e-commerce para geração de renda

Captação de Recursos

Estratégias de mobilização de recursos envolvem a diversificação de fontes

Meio Ambiente

Incentivo ao consumo e desigualdade social levam à crise da sociedade

Brasil – Edição 56 – 2012



GESTÃO TRANSPARENTE

Mudanças no portal do Siconv com nova portaria interministerial trazem mais transparência à prestação de contas

Reconhecido internacionalmente pela sua atuação social, músico fala sobre como o empoderamento das comunidades impulsiona o desenvolvimento

Entrevista
Carlinhos Brown



DUAS OBRAS

Melhor: as **DUAS PRIMEIRAS** obras

A Zeppelini Editorial, responsável pela edição da Revista Filantropia há 10 anos, acaba de lançar duas obras que se comprometem a ajudar na profissionalização do Terceiro Setor. Os livros serão o início de uma série de publicações técnicas voltadas para a gestão de obras sociais, desde a sua concepção até o monitoramento de resultados. Legislação, contabilidade ou prática de voluntariado também farão parte da coleção que se inicia com dois importantes assuntos da prática sustentável: comunicação e captação de recursos.



Um dia de Captador

O livro *Um dia de captador*, de Marcelo Estraviz, baseia-se no relato do dia a dia de um captador de recursos que busca parcerias e financiadores em busca de sustentabilidade para sua instituição. Juntamente com o exemplo da rotina do profissional, o autor traz pílulas com informações técnicas, teóricas e dicas úteis para os captadores de recursos brasileiros.

Zeppelini Editorial
Autor: Marcelo Estraviz
Ano: 2011 - Edição: 1ª
Número de páginas: 192

R\$
39,90





Comunicação - Visibilidade e Captação de Recursos

O Livro Comunicação – Visibilidade e Captação de Recursos para Projetos Sociais reúne matérias e artigos ligados à comunicação e ao marketing para a área social. Todos os textos presentes no livro já foram publicados na Revista Filantropia, especializada em gestão do Terceiro Setor, ao longo de seus dez anos de existência.

O objetivo do livro é proporcionar aos leitores estratégias de gestão da comunicação que possam incrementar as ações das instituições sociais, levando-as à profissionalização, fator cada vez mais presente no Terceiro Setor.

Zeppelin Editorial & Sebrae

Autor: Marcio Zeppelini

Ano: 2011 - Edição: 1ª

Número de páginas: 208

R\$
39,90

Sumário



04

Entrevista

Carlinhos Brown

Músico fala sobre sua atuação social na Associação Pracatum e sobre o desenvolvimento e empoderamento da comunidade local



21

Especial

Esporte adaptado

Em pleno crescimento no Brasil, o esporte adaptado desenvolve a autonomia e incentiva a inclusão de pessoas com deficiência



38

Capa

Siconv

Em busca de mais transparência e melhores resultados, o portal de convênios Siconv instituiu nova portaria interministerial que regulamenta as novas diretrizes dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria



45

Meio Ambiente

A Economia do fim do mundo

Sociedade do consumo, má distribuição de renda e desigualdades sociais levam a crises de diversas naturezas

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Voluntariado	19
Contabilidade	25
Administração	26
Legislação	29

Sustentabilidade	48
Case Empresarial	52
Serviços	58
Reflexão	62
Geração de Renda	64

REVISTA
filantropia
& gestão social

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Bela Cintra, 178
CEP 01415-000
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Redação
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Juliana Fernandes (MTB 63.201/SP)
Paula Craveiro

Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Daniel Gallo
Luciana Silva Rodrigues
Rafael Tadeu Sarto
Rodolfo Daufembach Lucas
Ruben Moreira da Silva

Edição
Karina Watanabe
Paloma Ferreira da Silva

Atendimento
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Juliana Moraes Barbosa Leal
Moramis Alis Marçal

Gestão Social
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Thais Iannarelli
Administração
Mauro Zeppelini
Raquel Siqueira Gomes
Stefany Martins
William Pires

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Lívio Giosa
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

Fechado para reforma

29 de junho de 2002, nasce a **Revista Filantropia**. Com um sonho audacioso em mente – o de “profissionalizar o Terceiro Setor” – eu, meu irmão e o advogado Marcos Biasioli consolidávamos ali um projeto editorial importante para o desenvolvimento brasileiro – porém, ainda simples e inocente.

Com o tempo, pessoas influentes da área foram se juntando a nós: Sergio Monello e seus filhos, Ricardo e Marcelo, Thaís Iannarelli, Marcelo Estraviz, Felipe Mello, Fernando Rossetti, Roberto Ravagnani, Ricardo Falcão, Lívio Giosa, René Steuer, Custódio Pereira, Danilo Tiisel, Michel Freller, João Paulo Vergueiro, Milu Villela, Synésio Batista da Costa, Dal Marcondes, Aron Belinky, Rodrigo Alvarez, Valdir Cimino e tantos outros vieram integrar um time que fortaleceu e criou um nome de respeito para nossa publicação.

Nessa década de vida, diversos foram os movimentos no universo do Terceiro Setor que moldaram e sistematizaram a gestão social no Brasil e, de certa forma, vimos avançar nosso objetivo de intensificar a eficiência das organizações, ensinando-as metodologias administrativas, técnicas de mobilizar pessoas e recursos e atualizando-as sobre legislação e aspectos contábeis.

Claro que, na contramão, existem os do avesso: se querem ensinar a pescar, por que levantam a bandeira da “Filantropia”? Simples: porque se não houver AMOR À HUMANIDADE, significado lato da palavra, não há desenvolvimento social sustentável, não há equilíbrio social, não há qualquer tipo de trabalho altruísta (ou egoísta, que seja) que vá incrementar a sociedade com direitos e dignidades.

Então, em todas as novas metodologias científicas que foram construídas para “ensinar a pescar”, devemos lembrar que só pescamos porque temos fome, e se temos fome é porque estamos vivos. Ou seja: não se pode esquecer que quem “pescar” é o homem, quem ensina a pescar é o homem... e me parece que nesses novos movimentos de sustentabilidade e responsabilidade social simplesmente o AMOR À HUMANIDADE é colocado de lado.

Dez anos se passaram e a **Revista Filantropia** ganhará um aliado forte: o **Instituto Filantropia**, e este será o tema do próximo editorial, já com conteúdo e visual totalmente reformados.

Por isso, “fecharemos para reforma” para que, em julho, a nova edição da **Revista Filantropia** venha fortalecer aquilo que é útil e importante ao Terceiro Setor, com inovações e toques que a deixarão com uma leitura agradável e ainda mais útil, mantendo nossa luta pela disseminação da informação técnica às organizações sociais brasileiras.

Abrços sustentáveis,

Marcio Zeppelini
empresário, escritor e otimista.
marcio@zeppelini.com.br



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais



BATUQUE DO BEM

**DAS BATIDAS DOS TAMBORES
AO DESENVOLVIMENTO E À
SUSTENTABILIDADE DE UMA
COMUNIDADE**

Por Juliana Fernandes



Cantor, compositor, produtor e incentivador musical. Este é Carlinhos Brown, um dos artistas mais criativos do nosso país. Mesmo com tantos talentos, o músico – que nasceu no bairro de Candeal Pequeno, periferia de Salvador (Bahia) – ainda se destaca por sua atuação no Terceiro Setor, especialmente por seu trabalho desenvolvido na Associação Pracatum Ação Social (APAS), que realiza ações fundamentadas no tripé “educação e cultura, mobilização social e urbanização”.

A iniciativa converteu o bairro onde Carlinhos nasceu em um modelo de desenvolvimento comunitário a ser seguido, e conquistou merecido reconhecimento nacional e internacional através de vários prêmios. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Brown revela detalhes dessa experiência e sua preocupação com o desenvolvimento do Brasil. ➤

Revista Filantropia: Em 1994, você fundou a Associação Pracatum Ação Social (APAS), que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro do Candéal, em Salvador, por meio do desenvolvimento comunitário e de programas educacionais e culturais. Conte um pouco sobre a iniciativa e como surgiu a ideia do projeto.

Carlinhos Brown: Pracatum surgiu por uma necessidade de dar condições à comunidade do Candéal, onde eu cresci, de se desenvolver por meio de seus próprios talentos e competências. Como outros locais do Brasil, o bairro sempre teve dificuldades nas áreas de educação, saúde, saneamento, e foi isso que procuramos ajudar a melhorar.

RF: No Candéal, você também implementou o projeto “Tá Rebocado”, de urbanização e saneamento do bairro, que recebeu, em 2002, o Certificado de Melhores Práticas do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas/UN-Habitat. Como foi receber este reconhecimento?

CB: O reconhecimento é um reflexo do trabalho. O que me dá mais orgulho é saber que as pessoas transformaram suas vidas por meio de seus próprios esforços e com uma pequena colaboração da nossa parte. Isso é o que me deixa satisfeito.

RF: É admirável o reconhecimento do seu trabalho na esfera social. Você já recebeu, por exemplo, a Ordem do Mérito Cultural (pelos serviços prestados à cultura brasileira), o Prêmio Unesco (pelo trabalho da APAS), além de ser nomeado Mensageiro da Verdade (para conscientizar a opinião pública internacional sobre a importância de se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Você tinha ideia de que poderia conquistar todos esses méritos com esta atuação?

CB: Os projetos sociais não são mérito nenhum para mim, e sim uma forma de gratidão, de retribuir tudo que consegui. Minha melhor formação foi a vida. Apesar de não ter tido a oportunidade de uma educação formal de qualidade, nunca desprezei as chances de aprender. E aprendo até hoje, com tudo e com todos com quem me relaciono. É importante extrair sempre o que há de melhor em todas as oportunidades.

RF: Sua preocupação com o desenvolvimento do país já influenciou a formação de mais de 5 mil percussionistas, que hoje se destacam tocando pelo Brasil e pelo mundo. Você diria que a música o

aproximou mais das questões sociais ou esse engajamento já é algo anterior à carreira artística?

CB: A música sempre fez parte da minha vida e me trouxe muitas chances. Nada mais justo que dividir isso com os outros para que cada um pudesse (e possa) ter condições de criar e conquistar o que eu conquistei. E temos conseguido bons resultados.

RF: Você participa diretamente de vários projetos e programas sociais que modificam a vida de muitas pessoas. Há alguma causa/iniciativa que você gostaria de estar engajado, mas ainda não teve oportunidade?

CB: É bom saber que as pessoas transformaram suas vidas por meio de seus próprios esforços e com uma pequena colaboração da nossa parte. Isso é o que me deixa satisfeito. Existem sempre outras oportunidades de se engajar, mas acredito que cada um deve fazer a sua parte – e tudo começa dentro da sua própria casa e na consciência. Temos hoje uma questão urgente que são as mudanças climáticas no mundo, por exemplo. Separar o lixo, não jogar nada pela janela do carro, não desperdiçar água, enfim, há coisas que podem ser feitas. Basta que cada um assuma isso.

RF: Em 2009, você levou para o carnaval de Salvador um “debate” sobre as mudanças climáticas. Para representar esteticamente o assunto, desfilou pelo circuito com um trio que trazia uma baleia jubarte, feita em garrafa PET, e a réplica de um urso polar. Qual a importância de se discutir temas como esse em grandes eventos?

CB: É sempre importante discutir esse tema. Temos que trazê-lo para o nosso dia a dia e incorporá-lo à nossa rotina. É preciso ter sempre a noção da realidade e da responsabilidade consigo mesmo e com o mundo, para poder propor (e ser) a mudança que se quer no mundo. Quanto mais pessoas conhecem os projetos, mais as chances delas levarem a experiência para implantar em outros lugares e, de fato, mudarem suas realidades.

RF: Muitos artistas têm atuado na área política. Recentemente, tivemos a participação do Gilberto Gil – como ministro da cultura –, durante o governo Lula. Você já teve vontade de se candidatar a algum cargo público?

CB: Nós precisamos assumir responsabilidades e fazer tudo o que está ao nosso alcance. O meu trabalho, porém, é a música. É através dela que vivo. É importante, não só para a minha família, mas para a minha alma. 🎶



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia



Senador Paulo Pain preside reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)



Aparecida Gonçalves, representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República



I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável



Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Proposta elimina prazo para idoso ter direito a crédito em conta do FGTS

Tramita na Câmara o projeto de lei nº 3.081/11, do Senado, que elimina qualquer prazo para a assinatura do termo de adesão que garante o direito de pessoas com 60 anos ou mais a crédito de complemento de atualização monetária nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com a lei complementar nº 110/01, esse complemento resulta da aplicação cumulativa dos percentuais de 16,64% e de 44,08% sobre os saldos das contas mantidas, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990. A lei nº 10.555/02, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100 nas contas do FGTS, determina que o titular nessa faixa etária fará jus ao crédito do complemento desde que tenha firmado o termo de adesão determinado pela LC, dentro do prazo fixado por regulamento.

www.camara.gov.br

Disque 180: 40% das mulheres agredidas convivem com o agressor há mais de 10 anos

O Disque 180, que recebe denúncias de violência contra a mulher, atende mais de 1,8 mil ligações por dia e cerca de 80% das vítimas são agredidas diariamente ou pelo menos uma vez por semana. Além disso, 40% delas convivem há mais de dez anos com o agressor. Os dados foram apresentados pela representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves, em reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), realizada em 20 de março, que investiga esse tipo de violência. “Um desafio é aumentar os recursos para enfrentar esse problema. Os municípios, por exemplo, não destinam verbas próprias para combater esse tipo de violência”, disse.

www.camara.gov.br

Municípios debatem o desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade socioambiental foi amplamente debatida durante o “I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável: pequenos negócios, qualidade ambiental urbana e erradicação da miséria”, realizado entre 27 e 29 de março, em Brasília. O objetivo foi incentivar a adoção de uma agenda propositiva para o desenvolvimento sustentável das cidades e fornecer subsídios para incorporar os temas da sustentabilidade socioambiental, da erradicação da miséria e da criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios. O secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Nabil Bonduki, avaliou que a sustentabilidade urbana é um dos grandes temas que tem relação com desastres urbanos e com mudanças climáticas.

<http://encontrodesenvolvimento.fnp.org.br/>

Aposentadoria especial para pessoas com deficiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou em 20 de março projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC nº 40/2010) que regulamenta a aposentadoria especial para pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. A aprovação do projeto resultou de um ano de negociação do relator, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), com integrantes do governo. A CAE aprovou também requerimento para que a matéria seja votada em regime de urgência pelo Plenário. Entre os requisitos estabelecidos em substitutivo apresentado por Lindbergh, está a exigência de tempo de contribuição diferenciada, conforme se trate de deficiência leve (30 anos, se homem; e 25, se mulher), deficiência moderada (27, se homem; e 22, se mulher) e deficiência grave (25 anos, se homem; e 20, se mulher).

www.camara.gov.br



Vacinas doadas para o Haiti serão utilizadas em campanha no país

Brasil doa mais de 4 milhões de doses de vacinas ao Haiti

O Ministério da Saúde doou para o Haiti 4.349.000 de doses de vacinas BCG (formas graves de tuberculose), Pólio (poliomielite), DPT (difteria, tétano e coqueluche) e DT (difteria e tétano). Deste quantitativo, que chegou à capital Porto Príncipe em 9 de março, 1,5 milhão de doses de vacinas contra a pólio serão utilizadas na campanha de vacinação daquele país, que começa no próximo dia 21 de abril, direcionada a crianças abaixo de dez anos. Para a aquisição dessas vacinas, o Ministério da Saúde investiu US\$ 1,4 milhão, além de US\$ 54 mil no transporte dos produtos, que contou com o apoio da Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Além das vacinas, o governo brasileiro tem apoiado a campanha de vacinação do Haiti com a aquisição de 500 caixas térmicas, três caminhões e de gás propano para manutenção dos refrigeradores.

www.saude.gov.br



Países do Brics criam modelos de combate à pobreza de rápido crescimento

Brics avançam mais no combate à pobreza do que nações desenvolvidas

Um novo modelo de ajuda aos mais pobres foi criado pelos governos dos países que integram o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A colaboração do grupo ocorreu em um ritmo dez vezes superior ao observado no G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) de 2005 a 2010. A conclusão está em um relatório da organização internacional *Global Health Strategies initiatives* (GHSI), divulgado em 26 de março. O documento informa que os países do Brics criam modelos para a cooperação internacional. Apesar de os países desenvolvidos serem os principais responsáveis por um volume maior em termos de cooperação internacional, o estudo informa que a abrangência dos esforços dos Brics em termos de ajuda externa tem acompanhado o rápido crescimento de suas economias.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

Regulação da Comunicação Pública

Palestrantes do seminário internacional "Regulação da Comunicação Pública", realizado em 22 de março, defenderam que os meios de comunicação públicos devem combater o preconceito de gênero e a discriminação de pessoas por etnia, cor e raça. Os debatedores também destacaram que esses meios devem representar, em sua programação e em seu quadro de pessoal, a diversidade da sociedade brasileira. Para a representante da Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira), Juliana César Nunes, os meios de comunicação públicos devem ser aliados da sociedade no combate ao racismo. Ela informou que um estudo de 2007 demonstrou que apenas 6% dos apresentadores de emissoras públicas são negros.

www.camara.gov.br

Governo estuda criar a Lei Rouanet da Saúde

O secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, afirmou durante debate realizado pela Comissão de Seguridade Social e Família que faltam entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões para o financiamento da área. De acordo com ele, a regulamentação da emenda nº 29 não conseguiu solucionar a questão e o governo estuda criar uma lei de incentivos para investimentos na saúde. Magalhães disse que a ideia é criar um mecanismo para desconto no Imposto de Renda dos investimentos realizados na área de Saúde e citou como exemplo a Lei Rouanet, que faz o mesmo com os investimentos de pessoas físicas e empresas na área cultural. Para o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), um projeto para ampliar o financiamento da saúde só poderá ser aprovado no Congresso se vier por iniciativa popular.

www.camara.gov.br

Comissão aprova divulgação de direitos humanos em publicidade oficial

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou em 14 de março o projeto de lei nº 2.941/08, do Senado, que obriga os órgãos públicos a divulgarem os direitos fundamentais e os direitos humanos, com destaque para os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. Esses direitos deverão ser divulgados na publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; nos contracheques dos servidores federais; e na programação das emissoras públicas de rádio e TV. Segundo a proposta, serão divulgados direitos previstos na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, entre outros tratados internacionais.

www.camara.gov.br

Fundo financeiro de socorro a vítimas de desastres naturais

Tramita na Câmara a Proposta de Emenda à Constituição nº 132/12, do deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), que institui o Fundo Nacional de Atendimento e Recuperação Urgente das Comunidades Atingidas por Catástrofes Naturais, a ser gerenciado pelo Poder Executivo. Segundo a proposta, a regulamentação do fundo ficará a cargo de uma lei complementar, que indicará sua fonte de recursos. A lei deverá ser editada no prazo de 30 dias após a promulgação da emenda constitucional oriunda da PEC nº 132. Azambuja afirma que o objetivo é fornecer um mecanismo ágil para atender as populações atingidas por catástrofes naturais, como enchentes ou deslizamentos de terra. Para ele, o socorro é feito com muito atraso, prejudicando comunidades em todo o país.

www.camara.gov.br



ecofont

Fonte sustentável: furos economizam tinta

Divulgação

Diário do Comércio é pioneiro no uso de fonte ecológica

Em 20 de março, o Diário do Comércio de São Paulo publicou uma experiência que vinha conduzindo em segredo desde novembro de 2011, sem que leitores ou a própria gráfica percebessem. Todo o texto do jornal, exceto títulos e olhos, foi passado para Ecofont Sans, fonte criada pela empresa holandesa Ecofont, premiada por seu *software* que economiza toner e cartucho em impressoras. “Procuramos a empresa para saber se podíamos usar seus tipos furadinhos em uma rotativa”, explica o diretor de redação, Moisés Rabinovici. “Aceito o desafio, recebemos um piloto de fonte, agora finalizado. A Ecofont calcula que poderemos economizar até 30% em tinta”. O programa oferece um *software* autossuficiente e completo para ser usado em impressões com fontes como Arial, Verdana, Trebuchet e Times New Roman, criando furos nas letras sem afetar a legibilidade.

www.ecofont.com



Fachada do WTC-SP

Divulgação

WTC-SP é pioneiro em gestão integrada de recursos hídricos

O Complexo World Trade Center São Paulo (WTC-SP) inaugurou um sistema de tratamento de efluentes e reuso de água proveniente do esgoto, dando início a uma tecnologia inovadora de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, estratégia para o uso consciente da água. A partir de agora, 25% do consumo da água de todo o WTC-SP é reutilizada em sanitários, rega de jardim, sistema de ar condicionado e limpeza de áreas externas. Assim, o WTC passa a ser o único condomínio em São Paulo a implementar tal gestão, sistema projetado e instalado pela General Water, tornando-se autossuficiente em abastecimento de água potável. Marcelo Kikunaga, supervisor de Engenharia do WTC, esclarece que o tratamento da água proveniente do próprio esgoto demanda cuidados especiais, sendo necessária a construção de uma estação de reuso com tecnologia de última geração.

www.worldtradecentersp.com.br



Alunos do Cidap em curso de qualificação profissional

Divulgação

Tata Consultancy doa computadores para projeto

A Tata Consultancy Services (TCS) contribuirá com um dos projetos de qualificação profissional do Centro de Inclusão Digital e Aprendizagem Profissional (Cidap) por meio da doação de 60 computadores à instituição. O Cidap atua na formação de jovens de comunidades de baixa renda, entre 15 e 19 anos, preparando-os para ingressar no mercado de trabalho na condição de aprendizes, com base na lei nº 10.097/2000. Os computadores doados pela TCS serão fornecidos para cinco entidades assistenciais que participam do projeto Ação Compartilhada, conduzido pela Prefeitura do Município de Diadema (SP) em conjunto com a Fundação Florestan Fernandes. A ideia é que aproximadamente 500 jovens sejam beneficiados ao longo do ano, com cursos de informática básica e outros conteúdos pedagógicos.

www.cidap.org.br
www.tcs.com



Bovespa foi considerada a bolsa mais sustentável da América Latina

Divulgação

Bolsa mais Sustentável da América Latina

A BM&FBovespa foi eleita a bolsa mais Sustentável da América Latina (*Best Sustainable Stock Exchange 2012*) pelo Exchanges & Brokers Awards, promovido pela revista financeira *World Finance*. O prêmio foi criado em 2007 e a votação é feita pelos leitores da revista em todo o mundo. A BM&FBovespa foi a primeira bolsa de valores no mundo a se tornar signatária do Pacto Global, em 2004. Já em 2010, comprometeu-se oficialmente com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), sendo a primeira bolsa de um país emergente a dar esse passo. Além disso, tem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado com o objetivo de medir o desempenho de empresas com uma estratégia nítida de sustentabilidade baseada em critérios de governança, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social; e o Índice Carbono Eficiente (ICO2), calculado em função da liquidez e das emissões de gases de efeito estufa das empresas que o compõem.

www.bmfbovespa.com.br



Formatura do curso de capacitação da Febraban

Programa de Capacitação da Febraban conquista prêmio

O Programa Febraban de Capacitação Profissional e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Setor Bancário conquistou o prêmio *BeyondBanking 2011*, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pela primeira vez, uma iniciativa brasileira e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é prestigiada nesta categoria. O prêmio elege as melhores iniciativas em responsabilidade social e sustentabilidade no Caribe e em toda a América Latina. O presidente da Federação, Murilo Portugal, participou da entrega do prêmio, no Uruguai. “Estamos empenhados em oferecer às pessoas com deficiência o acesso à capacitação profissional e também ao mercado de trabalho bancário”, afirmou Mário Sergio Vasconcelos, diretor de Relações Institucionais da Federação.

www.febraban.org.br



Xuxa é madrinha do Programa Adotar é Tudo de Bom

Pedigree e Xuxa doam alimentos para ONGs parceiras

Pedigree® Adotar é Tudo de Bom e a apresentadora Xuxa Meneghel, madrinha do programa, selecionaram sete, das 36 ONGs parceiras, para receber uma tonelada de produtos Pedigree® cada. As instituições foram escolhidas de acordo com o trabalho realizado durante 2011. Além disso, em breve, mais cinco ONGs serão contempladas com a mesma quantidade de alimentos. As ONGs selecionadas foram Projeto CEL, Natureza em Forma, SPAM, Cão Sem Dono, PETPE, Abrigo Piccolina e Instituto É O Bicho. Para realizar a doação dos produtos, foram analisados critérios como as condições de bem-estar dos animais, higiene e limpeza das instituições, a presença de um veterinário próprio para castração, vacinações, controle de parasitas, a iniciativa em promover adoção responsável, além do número de adoções durante o ano de 2011.

www.adotaretudodebom.com.br

Internet com segurança

O Instituto Oi Futuro deu início às oficinas de capacitação em internet segura para educadores e alunos da rede pública de ensino e da Oi Kabum! – Escola de Arte & Tecnologia e do Núcleo Avançado em Educação (Nave) em fevereiro, mês em que foi comemorado o Dia Mundial da Internet Segura. As oficinas serão realizadas até o mês de junho em todas as unidades do Nave e da Oi Kabum! no país, situadas nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. As oficinas têm o objetivo de potencializar o uso das tecnologias de comunicação a fim de fortalecer o uso ético e seguro da internet. “O Oi Futuro acredita que estas atividades ajudarão a fortalecer o uso consciente da internet entre jovens que estão se relacionando e desenvolvendo suas capacidades intelectuais nos meios digitais”, afirma Paola Scampini, diretora de Educação do Oi Futuro.

www.oifuturo.org.br

Prêmio Construindo a Nação

Em 12 de março, a Fundação Volkswagen, o Instituto da Cidadania Brasil e parceiros promoveram a cerimônia de premiação da etapa paulista do Prêmio Construindo a Nação. Em sua 11ª edição, o prêmio reconheceu os 12 melhores projetos de cidadania realizados em 2011 por professores e estudantes de 910 escolas públicas e privadas em todo o Estado de São Paulo. As iniciativas, já em prática, propõem melhorias que envolvam as instituições de ensino e as comunidades. Foram três premiados em cada uma das quatro categorias. O prêmio visa ainda valorizar o papel do educador no processo de formação do seu aluno como cidadão; estimular os estudantes a participarem ativamente como empreendedores dos projetos de sua escola focados nas demandas sociais das comunidades locais, da cidade, estado ou país.

www.institutocidania.org.br
www.vwbr.com.br/fundacaovw/

Fundação Telefônica incorpora Instituto Vivo

Responsável por coordenar o investimento social do Grupo Telefônica no Brasil, a Fundação Telefônica acaba de incorporar oficialmente o Instituto Vivo, passando a se posicionar como Fundação Telefônica Vivo. O processo de integração das instituições ocorreu em decorrência da compra da Vivo pelo Grupo Telefônica, no final de 2010. Diante disso, a atuação social da Fundação ganha novos contornos em 2012, e passa a priorizar quatro linhas de ação: combate ao trabalho infantil, educação e aprendizagem, desenvolvimento local e voluntariado. Todas elas contam com o suporte do eixo denominado Debate & Conhecimento, cujo objetivo é sensibilizar, mobilizar e disseminar conhecimento entre os públicos envolvidos com as causas da instituição. Ao incorporar as ações do extinto Instituto Vivo, a Fundação, que até então atuava basicamente no Estado de São Paulo, passa a ter projetos em todo o território nacional.

www.fundacaotelefonica.org.br

Programa de reciclagem da Itaotec

A Itaotec encerrou 2011 com um incremento significativo em seu programa de reciclagem para resíduos gerados por aparelhos eletrônicos obsoletos. No período, 4.134 toneladas de resíduos foram destinadas para reciclagem. Estes materiais podem, posteriormente, retornar ao mercado como matéria-prima de outras cadeias produtivas. O número representa um acréscimo de 8% no montante de *e-waste* e placas eletrônicas destinados para reciclagem pela companhia em relação ao ano anterior, quando foram registradas 3.842 toneladas – o maior número até então alcançado pelo programa. “O crescimento resulta da ampliação do processo de reciclagem de eletroeletrônicos com clientes Pessoa Jurídica e também Pessoa Física, além da regulamentação da lei nº 12.305/10 (Lei de Resíduos Sólidos).”, comenta Ricardo Bloj, vice-presidente de Operações da Itaotec.

www.itaotec.com.br



Raí recebe Prêmio Laureus Sports for Good

Prêmio Laureus Sports for Good

Em 6 de março, o ex-jogador e presidente da Fundação Gol de Letra, Raí de Oliveira, recebeu em Londres o Prêmio Laureus Sports for Good, na categoria Esporte para o Bem, oferecido a atletas que buscam a justiça social por meio do esporte. Desde 2000, o troféu, considerado o Oscar do Esporte, é entregue anualmente pela Laureus Sport for Good Foundation às principais personalidades do meio esportivo. A escolha é feita por um grupo de notáveis da história do esporte, dos quais fazem parte o ex-piloto Emerson Fittipaldi, a ex-ginasta romena Nadia Comăneci, entre outros. "Fiquei impressionado com a dimensão e a organização da premiação, e mais ainda com a repercussão que o prêmio teve. É um reconhecimento da nossa história e mostra também o tamanho da nossa responsabilidade", disse Raí.

www.laureus.com/foundation



Pelo site Virou.gr, URLs encurtadas viram alimento

Internautas ajudam a doar cinco toneladas de alimentos

Cinco toneladas de alimentos foram entregues em 22 de março às comunidades Terra Nova e Lírio do Vale, localizadas em Manaus (AM). O projeto foi uma parceria entre a rede de supermercados Carrefour e a Cruz Vermelha, e contou com a participação de internautas. A iniciativa é resultado de milhares de URLs encurtadas no site Virou.gr, uma plataforma de mobilização social na qual cada caractere encurtado vira um grama de alimento. A doação abrange itens de cesta básica, como arroz, macarrão, café, óleo, açúcar e outros alimentos não perecíveis. O volume de alimentos doados representa 5 milhões de caracteres reduzidos – número atingido só no segundo semestre de 2011. Com a doação, o Carrefour contabiliza 10 toneladas de alimentos.

<http://virou.gr/home>



Um Teto para meu País constrói mil casas no Brasil

Brasil constrói a milésima casa de emergência

A organização Um Teto para meu País – Brasil (UTPMP) realizou a primeira construção de casas de emergência de 2012 nos dias 17 e 18 de março. Desta vez, o mutirão de jovens universitários e recém-formados trabalhou com 61 famílias no Estado de São Paulo, alcançando a meta de mil casas construídas em cinco anos de atuação no país, mais especificamente no Estado de São Paulo. Para isso, foram convocados 850 jovens, que trabalharam em seis comunidades: Futuro Melhor, Sousa Ramos, Pedra Branca 1 e Pedra Branca 2 – em São Paulo, Malvinas – em Guarulhos, e Vila Clara, em Cotia. "Este será um ano chave para o Teto. Planejamos a abertura de novos escritórios no Rio de Janeiro e no Nordeste. Nosso objetivo é dobrar o número de famílias que já trabalharam conosco para seu próprio desenvolvimento. E acreditamos que nada melhor do que começar com a casa mil", afirma Luciano Coelho, diretor Comercial de UTPMP.

www.umtetoparameupais.org.br



Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, elogia tentativa de reduzir pobreza no mundo

ONU apela para que países se esforcem para reduzir a pobreza extrema

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, elogiou as parcerias públicas e privadas desenvolvidas no mundo na tentativa de reduzir a pobreza extrema. Segundo ele, a união de esforços tem demonstrado eficiência. Ban Ki-moon lembrou ainda que o fim da pobreza proporciona mais oportunidades de educação, trabalho e o controle de doenças. No entanto, ele destacou que é preciso avançar, e a meta é reduzir ainda mais os números até 2015. "Quando trabalhamos juntos, podemos conseguir grandes coisas", disse, lembrando que, pelo texto do projeto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os líderes se comprometeram a reduzir a pobreza extrema até 2015. Segundo ele, um dos melhores exemplos de parceiros é o Banco Mundial. Programas sociais brasileiros foram citados como exemplos para vários países da América Latina e África.

www.un.org



Christina Monteiro

Fernando Henrique Cardoso na palestra de abertura do Congresso

7º Congresso GIFE

Entre os dias 26 e 30 de março aconteceu em São Paulo o 7º Congresso GIFE, que reuniu lideranças de governos, sociedade civil organizada, investidores sociais e a área acadêmica. A abertura contou com a presença do ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro Gilberto Carvalho, assim como outros palestrantes internacionais. O congresso foi permeado pelo tema “novas fronteiras do investimento social”, e contou com a participação de palestrantes de diversos setores, o que deu ao evento um olhar múltiplo e diferenciado. “Trata-se de uma nova etapa para o GIFE, em que múltiplos olhares e demandas tencionam as práticas de investimento quanto ao seu planejamento, alcance, legitimidade, impacto, conteúdo e articulação com outros setores”, disse Denise Aguiar, presidente do Conselho de Governança do GIFE.

www.gife.org.br



Marcos Tied

Centro de Experimentos Florestais da SOS Mata Atlântica

Fundação SOS Mata Atlântica no prêmio GreenBest 2012

Pela segunda vez, a Fundação SOS Mata Atlântica é finalista de um dos maiores prêmios de sustentabilidade do Brasil, o GreenBest 2012. Em 2011, a instituição ganhou nas categorias ONG e Campanhas de Publicidade, com a campanha Xixi no Banho. Agora, concorre na categoria ONG, e já está entre as três finalistas. “É uma honra para a SOS Mata Atlântica ser finalista do Prêmio GreenBest. A indicação simboliza o reconhecimento de todos os nossos esforços para o envolvimento da população e a proteção desta floresta, que garante recursos naturais para milhões de brasileiros”, afirma Marcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento da SOS Mata Atlântica. O GreenBest é o primeiro prêmio de consumo e iniciativas sustentáveis com abrangência nacional. Elege os vencedores de diversas áreas e setores que investem na sustentabilidade por meio de votação popular e de um júri, composto por personalidades do setor, batizado de Academia GreenBest.

www.sosma.org.br

Alagoano participará do revezamento da tocha olímpica

Luan Celi, de 17 anos, terá a oportunidade de participar do revezamento da tocha olímpica em Londres, como resultado de seu envolvimento no projeto Inspiração Internacional. Ele foi um dos 20 jovens integrantes do programa escolhidos para participar do revezamento em Nottingham, no Reino Unido, em 28 de junho de 2012. Cada um dos 20 carregadores da tocha foi nomeado e selecionado por conta de sua dedicação e comprometimento em inspirar crianças e jovens em suas comunidades por meio do poder do esporte e pelo desafio pessoal que superaram em suas vidas. “Luan é um aluno que se destaca por seu entusiasmo em relação a tudo que se refere à interculturalidade”, diz Niedja Balbino, tutora master do programa.

www.london-2012.co.uk/LOCOG

Cinco crianças morrem de fome a cada minuto

A organização não-governamental Salvem as Crianças divulgou em 16 de março relatório informando que a cada minuto morrem cinco crianças no mundo em decorrência da desnutrição crônica. O documento adverte que cerca de 500 milhões de crianças correm risco de sequelas permanentes no organismo nos próximos 15 anos. De acordo com a ONG, a morte de 2 milhões de crianças por ano poderia ser prevenida se a desnutrição fosse combatida. O documento informa ainda que embora a fome tenha sido reduzida nas últimas duas décadas, pelo menos seis países são mais afetados – cinco estão na África e o sexto é a Coreia do Norte. Pelos dados da organização, os países africanos Congo, Burundi, Comores, Suazilândia e Costa do Marfim têm os piores dados referentes à fome no mundo desde 1990. Situação oposta ocorre no Kwait, Turquia, Malásia e México, que conseguiram avançar e registrar melhorias.

www.salvemascricancas.org

Reciclagem de lixo eletrônico

As Nações Unidas e a Convenção da Basileia firmaram um novo acordo para melhor gerir o tratamento dado ao lixo eletrônico. O objetivo é promover a reciclagem do material e equipamentos usados na indústria. O documento foi assinado em 12 de março, em nome da ONU, pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Segundo a agência, a quantidade de *e-waste* deve se multiplicar nos próximos anos. O aumento será registrado principalmente nos países em desenvolvimento, onde apenas 13% desse tipo de lixo é reciclado. De acordo com as Nações Unidas, o manuseio do material, em muitos casos, ocorre sem qualquer segurança. O acordo entre a UIT e o Secretariado da Convenção da Basileia, entidade que gerencia conflitos e gestão de resíduos, pretende fortalecer a comunicação com legisladores ambientais.

www.un.org
www.basel.int

Virada Sustentável abre inscrições para adesões

Estão abertas desde 12 de março as inscrições para as adesões da segunda edição da Virada Sustentável, que acontece em 2 e 3 de junho, em São Paulo. A proposta é envolver os diversos segmentos da sociedade, procurando conscientizar a população a partir de uma abordagem alegre e inspiradora sobre o tema da sustentabilidade. Organizações, artistas, oficineiros, equipamentos culturais, escolas e demais organizações da sociedade civil podem se inscrever no evento por meio da “Carta Adesão”, que deve ser solicitada pelo e-mail da organização do evento. O conteúdo das propostas será analisado pelo Conselho Curador e pela equipe da organização da Virada Sustentável, que disponibilizará espaços, divulgação e, em alguns casos, estrutura técnica para as atividades e atrações.

adesoes@viradasustentavel.com



Criatividade e empreendedorismo on-line

Site incentiva o comércio de produtos autorais e transforma artesãos em empreendedores

Por Juliana Fernandes

Estimular a produção autoral, resgatar valores de consumo humano e conectar pessoas que compartilham os mesmos gostos e interesses. Estes são os propósitos do Airu – um mercado e comunidade on-line de produtos artesanais e design. Fundado em 2011 e tendo investidores do porte da Rocket Internet GmbH, a iniciativa conecta produtores e consumidores de produtos artesanais e design, valoriza o trabalho manual e criativo na sociedade e ajuda designers, artistas e artesãos a se lançarem para o mercado. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Jaques Weltman, cofundador e diretor comercial do Airu, explica como funciona o projeto e as vantagens do *e-commerce* para a geração de renda.

Revista Filantropia: Como surgiu o Airu e quais são os pilares do projeto?

Jaques Weltman: O Airu faz parte de um grupo internacional de internet, chamado Rocket Internet. No Brasil, este grupo alemão começou com o Groupon, e depois com a Dafiti. Eu e meu sócio estávamos alocados em outro projeto e identificamos uma vontade comum em trabalhar em um ramo que unisse o empreendedorismo a algo autoral. Portanto, o Airu faz parte de um sonho de viabilizar o trabalho autoral, resgatar o comércio humano feito de pessoas para pessoas e potencializar o empreendedorismo. A ideia uniu o *know-how* de *e-commerce* da Rocket com a ideia de comunidade e de algo social que tem o projeto.

RF: Que tipo de benefícios o Airu oferece?

JW: Os benefícios são viabilizar para as pessoas a possibilidade de viverem por meio daquilo que elas gostam de fazer, para que consigam tirar o sustento de atividades que mais lhes dão prazer, que é criar e desenvolver algo. Algumas pessoas vendem seus produtos no Airu e só vivem disso, porque conseguem gerar renda para não precisarem mais trabalhar em uma organização, exercendo de forma empreendedora sua própria atividade. O Airu, portanto, é uma plataforma de mercado que viabiliza que o artesão tenha a sua loja on-line e, além disso, tenha essa proposta de comunidade. Queremos trazer os artesãos e viabilizar a sua atividade como um

todo, valorizando o trabalho manual – e mais do que isso, o trabalho autoral.

RF: Esse formato de vendas já é bem utilizado no exterior. Como está a aceitação no Brasil?

JW: A internet em si está em crescimento no Brasil. Com relação ao conceito de mercado on-line, que une a conta do vendedor à do consumidor final sem passar por um “atravessador”, a ideia é ainda pouco explorada no país. Eu sou muito esperançoso e ansioso para acompanhar essas evoluções que estamos tendo. É o momento de as pessoas entenderem os benefícios da internet e do *e-commerce*, somados à segurança dos sites. Além disso, ter um site não justifica ter sucesso. É necessário investimento e divulgação. Se você não investir em marketing, é como se tivesse uma loja de portas fechadas.

RF: Na prática, como funcionam as questões operacionais no Airu?

JW: Para entrar no Airu basta se registrar e se cadastrar como vendedor. Depois disso, você pode montar a sua loja on-line, divulgar seus produtos em nosso site e vendê-los. Quando é feita uma venda, o artesão recebe um e-mail dizendo que já pode entregar o produto para o cliente e aguardar o valor ser repassado para a conta informada. A entrega fica sob responsabilidade do vendedor. Nós calculamos o frete de envio e o consumidor já paga com esse valor agregado. O Airu cobra uma comissão de 15% pelas vendas realizadas. Além disso, o artesão paga R\$ 9,90 por ano para manter uma loja no site, o que lhe dá direito a 100 produtos – um valor bem simbólico.

RF: O projeto também mantém dois blogs. Como eles funcionam?

JW: Os blogs são o Airu e o Praça do Artesanato. O Airu divulga notícias interessantes, fala um pouco sobre o site, modas, tendências etc. Já o Praça do Artesanato é mais focado no produto artesanal, com técnicas, dicas, depoimentos de artesãos, ou seja, tem um caráter muito mais de formação – enquanto o do Airu é muito mais informação e tendências de mercado. Já que o projeto é muito mais que um mercado, a ideia é conseguir formar e informar.


RF: Quais são os diferenciais do Airu em relação aos concorrentes?

JW: Eu diria que são três: comunidade, alinhamento e experiência no consumidor. A gente se preocupa muito com a comunidade. Nosso modelo de negócio mostra um alinhamento grande com o artesão. Esse alinhamento – econômico e de interesses – acontece não só no discurso, mas também na prática. E o último ponto seria a experiência no consumidor. Nosso site é o único que finaliza a compra em três cliques, parcelado, e aceita todas as vias de pagamento. Então, nós montamos uma ferramenta que faz com que o consumidor tenha a melhor experiência possível.

RF: Como você avalia o empreendedorismo no comércio de produtos autorais?

JW: É uma tendência que não volta e acompanha o próprio crescimento do *e-commerce*. Ao analisarmos os números, já vemos que os produtos autorais tiveram bastante elevação. Eu acredito que é um mercado ainda pouco atendido e de uma carência muito grande, porque esses profissionais liberais são muito apaixonados e dedicados – independentemente de não ser o principal sustento deles. Então, nesse contexto, o Airu serviu para dar o suporte que eles precisam. Temos recebido muitos elogios, de pessoas muito satisfeitas, porque conseguimos atender essas necessidades. Estamos no momento correto para atender esse mercado e ser um dos principais motores para esse crescimento.

RF: O Airu tem interesse em auxiliar o Terceiro Setor na utilização de novas ferramentas para a geração de renda?

JW: Temos muito interesse em auxiliar as organizações sociais no processo de inclusão digital, fazendo com que o Terceiro Setor possa utilizar a internet como um canal a mais de geração de renda. Parcerias com o Airu são muito bem-vindas, já que o nosso interesse é mais que mercado. O Airu quer que todas as organizações sociais que utilizem projetos de geração de renda tenham condições de vender seus produtos, e que todos os artesãos apoiados tenham mais oportunidades de vendas. Estamos de braços abertos para receber qualquer organização social que tenha interesse nesse projeto. 

Queremos trazer os artesãos e viabilizar a sua atividade como um todo, valorizando o trabalho manual – e mais do que isso, o trabalho autoral



Planejamento para mobilização de recursos

A diversificação de fontes e a fidelização dos doadores são alguns dos passos importantes para uma boa estratégia de captação de recursos



Michel Freller

michel@criando.net

Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, com aperfeiçoamento em Gestão, Formatação de Projetos e Captação de Recursos, tanto no Brasil como no exterior. Participa ativamente de organizações sem fins lucrativos há mais de 20 anos e desenvolve, desde 1993, trabalho como consultor com ênfase em planejamento, reorganização administrativo-financeira e captação de recursos.

Mobilização de recursos é o termo utilizado para descrever diferentes atividades planejadas e coordenadas, realizadas para geração de valores necessários à viabilização da missão de empreendimentos sem fins lucrativos. Ou seja, mobilizar recursos é atividade de apoio fundamental para toda atividade organizada do Terceiro Setor.

Nesse sentido, recomendamos a elaboração de um “Plano de Mobilização de Recursos” com os seguintes objetivos:

- Organizar de forma clara e objetiva os atrativos da organização para solicitação e obtenção de recursos da sociedade;
- Potencializar a atração de novas fontes de recursos, levando em conta a necessidade da diversificação das mesmas;
- Apresentar novas estratégias para mobilização de recursos, de acordo com o estudo de caso realizado para a organização;

- Apontar desafios a serem enfrentados, definir prioridades e sugerir ações para implementação do plano;
- Recomendar práticas de comunicação de suporte para a mobilização de recursos.

Vale ressaltar que o plano servirá como guia para as atividades de captação e mobilização de recursos que serão realizadas, tanto para esclarecer as questões estratégicas envolvidas quanto para oferecer suporte a toda atividade de comunicação necessária à obtenção de resultados nessas atividades.

Diversificação das fontes de recursos

Ainda que a organização tenha total afinidade com determinadas fontes de recursos, é recomendável que se desenvolvam campanhas e solicitações para diferentes tipos de fontes, as quais estão listadas adiante. Isso porque essa diversificação envolve a sustentação financeira

da organização, e nunca é interessante que uma instituição dependa demasiadamente de poucas fontes de recursos. Outro fator primordial é que, para expandir as possibilidades de arrecadação, a organização desenvolverá contato com diferentes públicos, ampliando seu reconhecimento em vários setores da sociedade, contribuindo para sua legitimidade social.

Observe-se, ainda, que algumas fontes fornecem recursos rapidamente, enquanto, diante de outras, pode-se levar mais tempo para obter resultados. Por isso, ressaltamos que a diversificação das fontes de recursos é atividade de longo prazo e deve ser realizada de forma planejada, por meio de diferentes estratégias, sempre levando em consideração a redução dos riscos para a sustentabilidade da organização.

Sustentabilidade Institucional

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais para a atividade de uma iniciativa organizada, ou mesmo de toda atividade humana.

No âmbito institucional, conforme ensina Domingos Armani, sociólogo e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande, "a sustentabilidade de uma organização é a sua capacidade para tornar duradouro o valor social de seu projeto político-institucional".

Aspectos fundamentais da sustentabilidade:

- A sustentabilidade é multidimensional e não meramente financeira, embora tal aspecto seja fundamental;
- A sustentabilidade não é apenas uma capacidade interna da organização, pois o que deve ser duradouro não é a organização em si, mas o valor social do que ela propõe e oferece concretamente;
- A sustentabilidade é uma busca incessante, nunca totalmente resolvida e assegurada.

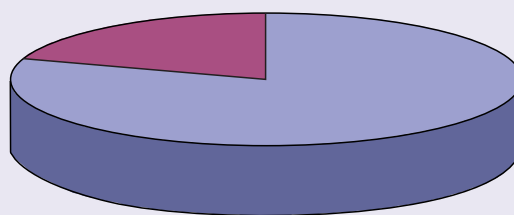
Nesse contexto, para atingir a sustentabilidade, a organização deve destinar cuidado sistemático e contínuo a vários níveis de atividades, tais como:

- Fidelidade à necessidade social no direcionamento e realização de suas ações;
- Profissionalismo e eficiência das atividades de gestão;
- Qualidade dos serviços;
- Transparência e legitimidade social;
- Aspectos relacionados ao meio ambiente (utilização de tecnologia e materiais socialmente responsáveis);
- Aprofundamento do conhecimento dos congêneres;
- Aprofundamento do conhecimento no terceiro setor (linguagem, sistemática, etc.);

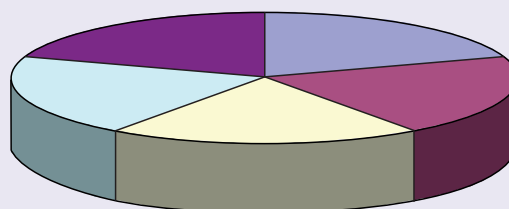
Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais para a atividade de uma iniciativa organizada, ou mesmo de toda atividade humana

Exemplo de diversificação de fontes de recursos:

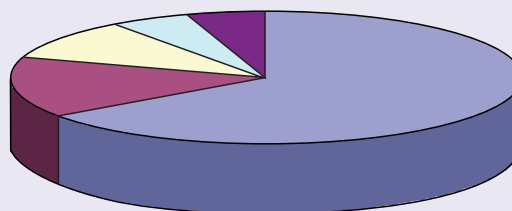
Muito concentrado



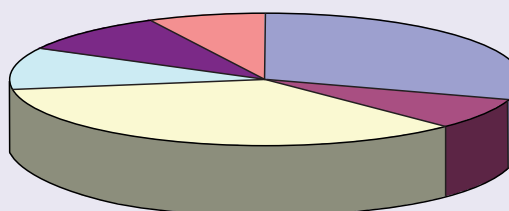
Bem diversificado e equilibrado



Uma fonte muito importante



Diversificado e realista



Quando a quantidade de recursos necessários e a prioridade do investimento são relacionadas com acuidade, facilita-se a escolha das alternativas mais adequadas e exequíveis para a mobilização de fundos

- Criação de meios de avaliação adequados;
- Formato jurídico adequado;
- Estabelecimento e manutenção das parcerias;
- Viabilidade econômica para o dia a dia (economia de gastos, mobilização de recursos com fontes diversificadas e geração própria de renda).

As estratégias para captação de recursos

Estratégias para captação de recursos são “caminhos” ou trajetórias favoráveis para uma organização superar desafios, chegar às fontes de recursos e mobilizar os investimentos sociais necessários ao cumprimento de sua missão.

Nesse contexto, ressalta-se novamente que o planejamento e a previsão orçamentária (valores exatos a captar) são essenciais. Quando a quantidade de recursos necessários e a prioridade do investimento são relacionadas com acuidade, facilita-se a escolha das alternativas mais adequadas e exequíveis para a mobilização de fundos.

É necessário levar-se em consideração um horizonte temporal definido, considerar a experiência dos envolvidos na organização, tanto em captação quanto na gestão, além do grau de esforços demandados.

A rigor, a escolha de estratégias adequadas à cada organização não deve recair sobre uma ou duas opções. Por outro lado, também não deve tender, inicialmente, para um número grande de alternativas, todas realizadas ao mesmo tempo, pois cada uma exigirá investimento próprio (algumas vezes oneroso) de tempo e de outros recursos para ser implementada. Devem-se estabelecer prioridades, além de um cronograma de implementação das estratégias (plano de ação).


Dois são os aspectos mais importantes na escolha das estratégias:

- Buscar, entre as alternativas escolhidas, o equilíbrio entre o custo e o benefício para implementá-las;

- Estabelecer metas factíveis (o que significa dimensionar valores e fixar períodos de tempo adequados).

É preciso deixar claro que existem direitos dos doadores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, reconhecidos por organizações de captação de recursos de todo o mundo (no Brasil, a Associação Brasileira dos Captadores de Recursos), que devem ser respeitados por qualquer iniciativa social solicitante de recursos. Dentre os principais, podemos destacar:

- Ser informado sobre a missão da organização, objetivos de seus programas, sobre como ela pretende usar os recursos doados e sua capacidade de usar as doações de forma eficaz para os objetivos pretendidos;
- Receber informações completas sobre os integrantes da organização;
- Ter acesso às demonstrações financeiras das campanhas de mobilização de recursos;
- Ter assegurado que as doações serão utilizadas para os propósitos para os quais foram feitas;
- Ter a garantia de que qualquer informação sobre sua doação será tratada com respeito e confidencialidade, não podendo ser divulgada sem prévia aprovação.

Independentemente das estratégias adotadas, recomenda-se a criação de um banco de dados de relacionamentos específico para as atividades de captação de recursos. O objetivo deste banco é auxiliar na identificação e no contato com potenciais fontes de recursos, assim como no acompanhamento das interações realizadas. Além disso, o banco de dados irá subsidiar a avaliação dos resultados alcançados ou das tendências observadas, a correção de estratégias etc. 

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





Ceder horas ou não ceder, eis a questão

Quando o tema voluntariado começa a pautar reuniões, uma pergunta entra em cena: a empresa vai ou não ceder horas de trabalho?



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076

Pode ser por meio de pesquisa, de escuta nos assuntos que percorrem os corredores ou diretamente em uma reunião. Quando o tema voluntariado começa a fazer parte da cultura organizacional, imediatamente a questão de liberar horas de trabalho para atividades voluntárias ganha espaço.


Perguntas com um cunho de “toma lá dá cá” também podem surgir, como: “para ser voluntário dentro do programa da empresa, o que vamos ganhar?”. Claro, nem todos querem ganhar algum benefício, principalmente aqueles que já têm afinidade com as questões sociais, mas o pensamento de “troca” faz parte do jogo institucional. Por isso, é importante deixar claro desde o início de um programa de voluntariado qual será a contrapartida da empresa, não deixando espaço para dúvidas ou suposições.

Isto passa também por deixar claro o motivo pelo qual a empresa quer promover o voluntariado, e quais ganhos está vislumbrando neste trabalho. Uma relação verdadeira somada a capacitações sobre o tema e gestão de grupos, aliada ainda à clareza dos objetivos do programa e das contrapartidas da empresa, são os remédios principais para acabar com as dúvidas e a falta de entendimento sobre o que é voluntariado empresarial.

Assim, a questão ligada à empresa dever ou não ceder horas passa inicialmente pela clareza na comunicação e no envolvimento das pessoas na construção do programa de voluntariado, criando uma cultura de multiplicadores da causa. Quando você constrói junto, as perguntas que envolvem o “toma lá dá cá” ganham respostas dos próprios voluntários que ajudaram a criar o programa, garantindo assim legitimidade, espaço e credibilidade na cultura organizacional.

O trabalho de um profissional tem como um dos pilares a remuneração. Na atuação voluntária, isso não acontece. Deste modo, é importante sustentar outras pontes que ligam as pessoas às iniciativas sociais. Como não é a lógica do dinheiro que faz o voluntariado acontecer, a decisão sobre cessão de horas pode ser resolvida de acordo com a necessidade real dos envolvidos pelo programa. Se for uma estratégia para engajar mais pessoal ao voluntariado na empresa, pode ser aplicada logo no início, já mencionando quais as regras para isso. Se a decisão for possibilitar outras estratégias, como: capacitações, espaço e infraestrutura para planejar as atividades, espaço para *network* etc., a questão de horas não precisa ser colocada, podendo ser negociada caso a caso, dependendo das atividades planejadas pelo programa.

São muitas as variáveis existentes para responder a esta pergunta. Tudo é uma questão de escolha, de estratégia. O Centro de Ação Voluntária de Curitiba, em suas consultorias, sugere que a empresa não ceda horas como algo formal. Tem como foco esperar quais as reais necessidades para, a partir de então, avaliar como liberar horas. Alinhada com atividades, a cessão de horas fica mais fácil para gerentes, coordenação e colaboradores voluntários.

Escolhas e estratégias são decisões individuais. Não é possível responder a todas as empresas qual é a melhor a ser seguida, não existem fórmulas prontas quando se fala em promoção do voluntariado. Existem, sim, expectativas e formas de alcançá-la. Observar a realidade, conversar sobre ela e decidir ainda é a melhor forma de fazer a escolha mais assertiva. 



Voluntariado é uma opção consciente

As soluções do trabalho voluntário dão ao mundo exemplos de criatividade, eficiência, solidariedade e participação cidadã



O Planeta é Voluntário



Link 
www.cvsp.org.br

e-mail @
facaparte@cvsp.org.br

Já são mais de 35 milhões de voluntários espalhados por todo o Brasil. Atuam nos campos da educação, cultura, arte, cidadania, meio ambiente, inclusão, geração de renda, defesa de direitos, assistência social, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, fortalecimento de organizações, recreação, saúde, entre outros. São pessoas com trajetórias, valores, formação e motivações diferentes, mas que constituem um exército com algo em comum: fazer a diferença!


A generosidade e a solidariedade se somam à prática da cidadania e ao desejo de transformar realidades, muitas vezes, tão distantes do mundo particular. Os voluntários participam da solução de problemas buscando amenizar sofrimento, trazer alegria, formar e contribuir, de maneira consciente e comprometida.

A ação voluntária acontece a partir da vontade de se exercer a cidadania. Nasce do indivíduo que se engaja como uma pessoa capaz de, junto com outros cidadãos, criar ou transformar o modelo social em que vivemos. Existe uma rede, uma teia de parceiros, de organizações privadas e públicas, com indivíduos que se

somam para disseminar o bem. Deste modo, a força do voluntariado transforma-se em um trabalho contínuo e vibrante, capaz de gerar capital social.

Esta opção consciente e espontânea precisa da gestão do tempo e do talento que o voluntário oferece. O trabalho voluntário só atinge seus objetivos de fortalecimento da cidadania por meio da profissionalização. Programas de voluntariado atuantes e organizados devem se juntar para alcançar resultados e mais impacto das ações, conferindo mais relevância ao serviço prestado.

O comprometimento com o trabalho em organizações ou projetos sociais no tempo disponível do voluntário possibilita o aprofundamento em conceitos de cidadania e proporciona a sensação de ser responsável por uma sociedade melhor, mais justa.

Por sua vez, a escolha do local para atuar como voluntário precisa ser criteriosa: com pesquisa, visita e identificação das atividades a serem exercidas. Acima de tudo, alegria e bem-estar devem fazer parte da ação voluntária! 



Mundial de parabadminton, na Guatemala

Adaptando-se a novas realidades

Esporte adaptado promove a inclusão social e o desenvolvimento das pessoas com algum tipo de deficiência

Por Rogério Costa

O esporte adaptado, que se desenvolveu e hoje tem um papel importante para a inclusão de pessoas com deficiência, surgiu no começo do século 20, iniciando suas atividades competitivas para portadores de deficiência auditiva em modalidades de competição coletiva. Em meados de 1920, as pessoas com deficiência visual ingressaram nas atividades esportivas, principalmente no atletismo e na natação. Para pessoas de mobilidade reduzida, as competições adaptadas começaram no final da Segunda Guerra Mundial, entre 1944 e 1952, quando os soldados e as vítimas voltavam para casa com seus corpos mutilados e outros tipos de deficiências.

As primeiras competições oficiais aconteceram na Inglaterra e nos Estados Unidos. Na Inglaterra, a

iniciativa foi do médico alemão Ludwig Guttmann, que atuava em um pequeno vilarejo no sudoeste de Aylesbury, no condado de Buckinghamshire, região metropolitana de Londres. Seus pacientes com lesão medular e amputações de membros inferiores foram os pioneiros em jogos esportivos. Já nos Estados Unidos, a iniciativa veio da *Paralyzed Veterans of America* (PVA), onde nasceram as primeiras equipes oficiais de basquete em cadeira de rodas e as primeiras competições oficiais de atletismo e natação.

Assim, em 1948 foram realizados os primeiros jogos oficiais para deficientes físicos (Jogos Esportivos de Stoke Mandeville). Apenas 14 homens e 2 mulheres participaram deste evento, paralelamente aos Jogos Olímpicos, que aconteceram em Londres. Dez



Categoria de Vôlei Sentado de Praia do Instituto Novo Ser

O Brasil atualmente é um grande incentivador da prática. A primeira participação do país em Paraolimpíadas ocorreu em 1972, na Alemanha, na quarta edição do evento

anos depois, em 1958, a Itália se preparava para sediar os XVII Jogos da Olimpíada de Verão, e o diretor do Centro de Lesionados Medulares da cidade de Ostia, Antônio Maglia, sugeriu que os jogos de Mandeville de 1960 fossem realizados em Roma logo após o término das Olimpíadas. Foi aí que se iniciaram oficialmente os Jogos Paraolímpicos que, em sua primeira edição, contou com a participação de cerca de 400 atletas de 23 países e um público de 5 mil pessoas.

O esporte adaptado no Brasil

No Brasil, o movimento surgiu em 1958 com o atleta Sérgio Seraphin Del Grande, portador de paraplegia (perda dos movimentos dos membros inferiores) após regressar de um tratamento de reabilitação nos Estados Unidos e fundar o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP). Outro atleta que contribuiu para a difusão da modalidade no Brasil foi Robson Sampaio de Almeida que, no mesmo ano, fundou o Clube dos Otimistas, entidade voltada para a prática de basquetebol em cadeira de rodas. No ano seguinte, as duas instituições realizaram o primeiro campeonato de basquetebol em cadeira de rodas formado por equipes brasileiras.

O Brasil atualmente é um grande incentivador da prática. A primeira participação do país em Paraolimpíadas ocorreu em 1972, na Alemanha, na quarta edição do evento, disputando apenas uma modalidade esportiva: a bocha. Na edição seguinte, no Canadá, o Brasil conquistou as primeiras medalhas nesta mesma modalidade. Com o passar do tempo e o desenvolvimento do esporte no país, a participação brasileira foi aumentando e trazendo resultados positivos. Nos Jogos Paraolímpicos de 2008, em Pequim, o país ganhou 47 medalhas, sendo 16 de ouro, 14 de prata e 17 de bronze.

Para disseminar esta prática e promover a inclusão de pessoas com deficiência, muitas instituições sociais também atuam com este foco. Entre elas, estão o Caminhar – Centro Avançado de Recuperação da Lesão Medular, localizado no Núcleo Bandeirante, em Brasília, e o Instituto Novo Ser, localizado no bairro de Freguesia, no Rio de Janeiro. Ambas as instituições promovem o esporte adaptado como meio de inclusão social.

Seja qual for a atividade física ou modalidade esportiva, o cadeirante enfrenta grandes dificuldades. “Ainda hoje, pouco se fala sobre o esporte adaptado.



Atleta Karen Sakayo joga badminton adaptado

Falta uma participação governamental maior em incentivar e divulgar a prática de atividade física e, principalmente, a presença de centros gratuitos de esporte adaptado no Brasil”, ressalta a sócia-fundadora e diretora de planejamento e treinamento do Caminhar, Karen Sakayo, que também é cadeirante e pratica parabadminton (modalidade adaptada do badminton, jogo semelhante ao tênis trocando a bolinha por peteca).

No dia a dia, as dificuldades vão muito além da prática esportiva. “São várias as dificuldades, como a aquisição de equipamentos, muitas vezes importados, a falta de transporte público adaptado, além da falta de acesso, inclusive nas instalações esportivas. Para quem possui uma deficiência severa, como a tetraplegia, a distrofia muscular, a paralisia cerebral, entre outras, essas dificuldades se tornam ainda maiores. Essas pessoas não estão aptas para a prática da grande maioria dos esportes adaptados”, afirma Ricardo Gonzalez, cadeirante desde 1997, coordenador do Instituto Novo Ser e presidente da Associação Brasileira de Futebol em Cadeira de Rodas (ABFC).

A prática esportiva em geral traz diversos benefícios à saúde do portador de necessidades especiais. “Ao estar numa cadeira de rodas ficamos vulneráveis a outras complicações de saúde e, ao praticarmos a atividade física, melhoramos nossas condições de saúde e ganhamos condicionamento físico. Isso nos dá agilidade para atividades diárias. O esporte adaptado nos proporciona momentos únicos de vivência com outras pessoas com necessidades especiais, que constroem um ambiente rico em motivação e exemplo de vida. Além disso, vejo no esporte a melhor terapia, pois não enxergamos nossas limitações, e sim nossas habilidades”, explica Karen.

Para Ricardo, não só a integração social por meio do esporte é benéfica para o portador. “Alguns benefícios importantes são a melhoria da qualidade de vida e da autoestima dos atletas, bem como de seus familiares e amigos, a prevenção de doenças, a melhoria da capacidade respiratória, o aumento da força muscular, do equilíbrio e da coordenação motora. Também gera um estímulo à autonomia e à prática da cidadania e, principalmente, a socialização”.

O esporte adaptado nos proporciona momentos únicos de vivência com outras pessoas com necessidades especiais, que constroem um ambiente rico em motivação e exemplo de vida”

Links

www.caminhar.com.br
www.novoser.org.br



ZEPPELINI

ARQUITETURA

Construindo sonhos...

contato@zeppeliniarquitetura.com.br | www.zeppeliniarquitetura.com.br

A obrigatoriedade do Conselho Fiscal



Sergio Monello

secretaria@sergiomonello.com.br

Salesiano cooperador, presidente nacional dos ex-alunos de Dom Bosco, advogado e contabilista. É professor e sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

Toda pessoa jurídica do tipo associação ou organização religiosa, de natureza beneficente e assistencial, com caráter educacional, de assistência à saúde e/ou de assistência social sem fins lucrativos deve ter necessariamente um órgão denominado Conselho Fiscal (CF) ou Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF). O estatuto social dessa pessoa jurídica deve atribuir ao órgão sua competência com muita clareza e precisão.

O CF ou CAEF é constituído de, no mínimo, três membros titulares, podendo ter membros suplentes. É constituído por membros, pessoas físicas, designados como conselheiros (as), que serão representativos de todos os setores e atividades da entidade beneficente de assistência social.

E por que são representativos dos setores de atividades da entidade beneficente? Porque esses conselheiros poderão assessorar os demais órgãos da instituição com melhor precisão, capacitação e objetividade, em especial seus dirigentes, no atendimento de suas finalidades institucionais. Como exemplo, uma entidade educacional terá conselheiros com conhecimentos de administração escolar, orientação pedagógica, orientação educacional etc; uma entidade de assistência à saúde terá


conselheiros com formação na área da saúde, e

instituições da área de assistência social receberão pessoas graduadas em serviço social, psicólogos e outros. Entretanto, é fundamental que um contador sempre participe do CF ou do CAEF e, ainda, tenham pessoas com conhecimento de administração, finanças e direito.

As atribuições do conselho serão maiores do que apenas ser um conselho fiscal. Entretanto, tudo depende do estatuto social e das atribuições tanto do CF como do CAEF. Ao CAEF, além das competências já mencionadas, caberá fiscalizar todos os atos administrativos da entidade; analisar a contabilidade da instituição, bem como assessorar seus gestores no atendimento das finalidades estatutárias.

Sugere-se a seguinte redação estatutária quanto à competência do CAEF: Art. ____ - Compete ao Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF): I - analisar e dar parecer à diretoria sobre o balanço patrimonial e demais peças contábeis; II - dar parecer à diretoria ou à assembleia geral, quando solicitado ou quando julgue oportuno e necessário, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos; III - zelar para que sejam devidamente conservados em arquivos organizados os documentos contábeis, fiscais e patrimoniais da Entidade.

O superávit ou o déficit para ser absorvido pelo patrimônio social deve antes ser apreciado pelo CF ou CAEF, devidamente aprovado e autorizado pela assembleia geral.

Em conclusão, é imprescindível que todas as entidades beneficentes de assistência social tenham organizado o CF ou CAEF. Estes órgãos, anualmente, devem apresentar o seu parecer à assembleia geral, à diretoria e a outros órgãos que o estatuto venha a prever sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis. Também, estes órgãos podem se manifestar sobre a gestão e a aplicação dos recursos, quando necessário, na defesa dos interesses da entidade beneficente de assistência social. 





Prestação de contas à sociedade

O Terceiro Setor vê no Sicap a chance de reverter a imagem manchada pelos recentes casos de corrupção

Por Luciano Guimarães

A adoção de boas práticas de transparência na gestão das entidades sem fins lucrativos do Terceiro Setor no Brasil deixou de ser pré-requisito há muito tempo e tornou-se importante ferramenta administrativa contra o desperdício e os desvios de recursos públicos. Por conta desse panorama, a criação de instrumentos voltados a fiscalizar a aplicação do dinheiro do contribuinte em entidades sem fins lucrativos tem sido essencial para o sucesso de projetos por todo o país.

O Poder Público, por sua vez, vem tornando mais rígida não apenas a análise da prestação de contas dessas instituições, em especial as que mantêm convênios com o governo, mas a celebração de novos convênios. Um exemplo é o decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, que tornou obrigatório o chamamento público para celebração de convênios com ONGs.

Tal acuidade nas auditorias realizadas nas contas das organizações sociais parceiras da União levou ao cancelamento de 181 dos 1.405 convênios firmados em todo o Brasil, correspondentes a 12,9% dessas parcerias em execução, segundo a Casa Civil e a Controladoria-Geral da União (CGU).

Outros 305 convênios foram avaliados com “restrição” e deverão ser regularizados após a apresentação da prestação de contas pelas ONGs em questão, de acordo

com o balanço divulgado pelo governo no início de fevereiro deste ano.

Em dezembro de 2011 foi baixado outro decreto (7.641) endurecendo ainda mais a fiscalização das organizações sociais, com o objetivo de diminuir a possibilidade de fraudes.

A legislação obrigou o cadastramento de todas as instituições públicas, estaduais e municipais, além das entidades privadas sem fins lucrativos que buscam apoio financeiro do governo federal. Os convênios agora devem ser celebrados por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv).

Sicap

Um exemplo da evolução das ações fiscalizatórias é o Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (Sicap), programa formatado para a coleta de dados e informações utilizado por diversos Ministérios Públicos Estaduais, na inspeção das fundações e das entidades de interesse social, conforme determina a legislação pertinente – art. 66 do Código Civil.

Criado no âmbito da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (Fipe), por meio do Centro de Estudos de Fundações e Entidades de Interesse Social (Cefeis), o Sicap tem por objetivo prover dados para a elaboração de

estudos e estatísticas e a disponibilização de informações econômico-sociais das instituições sem fins lucrativos.

Os dados coletados têm diversos usos, sendo os principais: a criação de um cadastro nacional de fundações; a adoção de procedimentos uniformes para a prestação de contas; a sistematização dos dados coletados; o cumprimento da legislação aplicável; o auxílio na realização de estudos técnicos de natureza estatística; e a busca pela ética e transparência na atuação dos diversos agentes e atores do Terceiro Setor.

Tema de alguns poucos trabalhos acadêmicos sobre gestão no Terceiro Setor e contabilidade, o Sicap foi criado sob o conceito do *accountability*, conhecido instrumento de transparência que preza pela prestação de contas e a demonstração de resultados, sendo um dos elementos de governança corporativa.

É assim que o sistema é descrito e analisado pelo contador Leandro Vila Torres, coordenador do curso de Ciências Contábeis da Universidade Paulista (Unip – Campus Araraquara), em sua dissertação de mestrado: “O Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (Sicap) como instrumento de *accountability* em fundações: um estudo com fundações privadas da Comarca de Ribeirão Preto”, apresentada em 2007 na Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP/USP).

O pesquisador chama a atenção para o fato de que o preenchimento dessas informações é feito por contadores externos à organização, “os quais não possuem acesso a tais dados da fundação”, ou seja, a informações acerca dos aspectos sociais dessas entidades.

O Sicap foi criado sob o conceito do *accountability*, conhecido instrumento de transparência que preza pela prestação de contas e a demonstração de resultados, sendo um dos elementos de governança corporativa

Segundo ele, somente o treinamento e uma melhor capacitação de colaboradores da instituição para lidar com o sistema poderá fornecer informações mais detalhadas.

Emissão


O envio das informações relativas ao exercício 2012, ano-calendário 2011, deve ser feito até o próximo dia 29 de junho, último dia útil daquele mês, mas mesmo assim, se faz necessário consultar o Ministério Público (MP), pois cada comarca tem normas específicas.

As entidades devem fazer o *download* do programa para este fim, que em breve será colocado à disposição no site: www.fundata.org.br/sicap.htm.

Como se tratam de informações fundamentais, os responsáveis por enviá-los aos MPs devem sempre fazer *back-up* da prestação de contas, em CD-R e no HD

do computador, para ser utilizada na recuperação dos dados para o próximo ano ou para a prestação de contas retificadora.

O Sicap permite ainda que as entidades, caso percebam o envio de dados equivocados, façam a prestação de contas retificadora. Para tal, não devem utilizar versões anteriores do programa, inclusive desinstalando as versões anteriores do computador. Este procedimento evitará a emissão de informações erradas.

Atualmente, a utilização do programa Sicap é automática para as entidades dos 22 Estados conveniados, exceto as localizadas em Rondônia, Distrito Federal, Goiás e Sergipe, que devem consultar diretamente o Ministério Público local sobre a adoção deste sistema e as datas de envio das informações. 

Links 

www.casacivil.gov.br
www.cgu.gov.br
www.fundata.org.br

ASSISTA AO PROGRAMA IN-DEPENDENTE COM UM NOVO FORMATO.
MAIS DINÂMICO E EDUCATIVO.

Drogas, quem se informa se previne.

AOS DOMINGOS,
ÀS 18H45,
NA TV SÉCULO 21

com
SANDRA MARIA SAHD



TV SÉCULO 21
Assista ao programa em tempo real
pelo site www.tvseculo21.org.br

Apoio:

Super Linda 

AGINALDI
CABELOS





Se a sua ideia
transforma a realidade
de alguém, esse
prêmio pode ser seu.



Estão abertas as inscrições para o principal prêmio de empreendedorismo social na América Latina. A Folha e a Fundação Schwab convidam você para participar do Empreendedor Social e do Empreendedor Social de Futuro. Quem pode participar? Líderes de cooperativas, negócios sociais e organizações de impacto

social e/ou ambiental que desenvolvam iniciativas inovadoras e sustentáveis em benefício da comunidade. Além de ganhar reconhecimento internacional, seu projeto pode entrar em contato com grandes financiadores que vão multiplicar a sua ideia pelo mundo. Saiba mais e inscreva-se em www.folha.com.br/empreendedorsocial.

Empreendedor Social 2012

FOLHA Empreendedor Social de futuro

Realização

FOLHA DE S.PAULO



Parceria Master



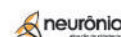
Apoio estratégico



Apoio institucional



Divulgação



Renovação do Cebas da educação em perigo



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.adv.br

Advogado em São Paulo, titular da M. Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) editou Portaria com o indeferimento da renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) de uma tradicional instituição de ensino superior radicada no interior de São Paulo, sob o fundamento de que não atendeu às normas reguladoras do Programa Universidade para Todos (ProUni), mesmo que não tenha optado, à época dos fatos, por aderir a tal programa.

Irresignada, além de recorrer administrativamente da decisão assinada pelo então secretário de Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, ao ministro da Educação, ela insistiu em fazer uma audiência na Secretaria para debater e entender as razões da decisão, sendo atendida pelas representantes do Grupo de Trabalho Técnico do Ministério, que ratificaram a decisão sustentando ser a posição definitiva do MEC.

Os principais pontos da controvérsia que, diga-se de passagem, poderá afetar centenas de instituições sociais de educação que estão em similar situação, pondo em perigo não só o Cebas, mas também a isenção previdenciária, são:

- A referida instituição protocolou a renovação do seu Cebas antes da lei nova (nº 12.101/09), que atualmente regula a certificação dos entes sociais, e para isso reuniu toda a documentação dos exercícios 2006, 2007 e 2008, exigida pela legislação anterior, ou seja, o decreto nº 2.536/98 combinado com a resolução nº 177/00, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- Ao recepcionarem e examinarem a documentação, os técnicos do MEC emitiram Nota Técnica reconhecendo o preenchimento de todos os requisitos das referidas normas pela instituição, porém, negaram-lhe o direito de renovar o Cebas ante o argumento de que não atendeu os requisitos instituídos na Lei do ProUni. Por isso, restou indeferido o pedido de renovação do Cebas, segundo decisão do então secretário;

- A decisão do MEC se baseou no fato de que a Lei do ProUni, nº 11.096/05, em seu art. 10, aduzir: “a instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta lei, para cada nove estudantes pagantes de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais”; assim sendo, pelo fato de aquela instituição ter concedido bolsas de estudo, mas não ter comprovado ofertá-las dentro da proporção da lei de 1x9, não merecia a renovação do Cebas.

Diante de tal dilema, o assunto merece melhor reflexão, evitando que muitas instituições de ensino, que ora contribuíram com o Estado na erradicação do analfabetismo, possam sucumbir ante a um flagrante vício na interpretação do sistema legal.

É importante lembrar a Constituição Federal de 1988, na parte que se regula a fonte de custeio e os sujeitos da Previdência Social: art. 195. “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das seguintes contribuições sociais: § 7º - São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”.

Por advento de tal regulação, o Congresso Nacional, ora colocado em mora pelo Supremo Tribunal Federal, promulgou a Lei de Custeio da Previdência Social, ou seja, a lei nº 8.212/91, a qual trouxe no artigo 55, entre outras, a obrigatoriedade de as entidades portarem o

Se isso ocorrer, estará deflagrada a antinomia, ou seja, o verdadeiro conflito de normas. Para isso, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou, a saber: “nem toda lei nova, somente porque é lei nova, tem força para revogar uma lei anterior que com ela conflite

certificado que lhes atestasse a qualidade de beneficiária, para o fim de gozarem da isenção previdenciária.

Em decorrência de tal fato, assomado à necessidade de cadenciar uma política social de Estado, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), lei nº 8.742/93, que instituiu o órgão certificador das entidades beneficentes, ou seja, o CNAS, conforme redação primitiva constante do art. 17. “Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período”.

A Loas também delegou poderes ao CNAS, entre eles: “Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social: III – fixar normas para a concessão do registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social”.


Por conta de tal regulamentação, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, editou o decreto nº 2.536/98, que dispunha especificamente a respeito da regulação para concessão e/ou renovação do Cebas, e mais, ratificava a competência editada pela Loas ao CNAS nos seguintes termos: “art. 7º - Compete ao CNAS julgar a qualidade de entidade beneficente de assistência social...”.

O colegiado instituído por lei, dentro de sua competência, editou a resolução nº 177/2000, fixando as normas para concessão e renovação do Cebas pelas instituições sociais, as quais perduraram até a edição da lei nº 12.101, de novembro de 2009, que alterou a redação da LOAS, suprimindo do CNAS os poderes para se fixarem normas para fins do Cebas.

Assim, nem mesmo o princípio de que a lei nova revoga a anterior, o qual poderia até mesmo ser invocado pelo MEC, é capaz de seduzir e retirar a eficácia da norma especial, pois segundo a Lei de Introdução do Código Civil, decreto-lei nº 4.657/42: “Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”.

No caso em questão, a Lei do Prouni, não revogou formal ou tacitamente o art. 18 da LOAS, que impôs a competência de fixar normas para a concessão ou renovação do Cebas ao CNAS, o que implica dizer que coube a ele, enquanto vigentes tais normativos, normatizar os critérios para o fim da concessão/renovação do Cebas.

Diante de tal digressão legal, pode-se concluir que o MEC não pode simplesmente incinerar o teor da Loas, do decreto nº 2.536/98 e da resolução nº 177/00 do CNAS, sob o fundamento que a Lei do ProUni, por ser mais nova, revogou as normas de concessão/renovação do Cebas. Se isso ocorrer, estará deflagrada a antinomia, ou seja, o verdadeiro conflito de normas. Para isso, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou, a saber: “nem toda lei nova, somente porque é lei nova, tem força para revogar uma lei anterior que com ela conflite (cf. HC 72.131-RJ)”.

Enfim, a par do respeito ao ato jurídico perfeito, da continuidade da erradicação do analfabetismo, e com o fim maior de evitar o arremesso do trabalho de centenas de entidades de educação à vala da insegurança jurídica, espera-se que o MEC tenha a sensibilidade de um verdadeiro educador no exame de tais processos, pois, do contrário, quem perde é o Brasil. 

MARKET



ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

www.marketanalysis.com.br

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573



Aprendizagem: solidez e experiência fazendo o Brasil crescer



Marinus Jan van der Molen

Engenheiro civil formado pela Hogere Technische School de Amsterdam, Holanda. MBA em Gestão e Empreendedorismo Social pela FIA. É superintendente executivo do Espro e integrante do Fórum Nacional de Aprendizagem.

A consolidação dos serviços de aprendizagem no Brasil tem, sem dúvida, um notável merecimento no aspecto de marco positivo e de contribuição para a história do país. Começa em 1942, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, e se seguiu com a criação das demais instituições do sistema “S”. O objetivo era atender uma demanda crescente de formação de mão de obra para o momento que o país vivia: a transição da economia agrícola para a industrializada. A mesma legislação de criação dessas instituições regulamentou ainda a tributação para a sustentabilidade econômica dos Serviços de Aprendizagem, além de fixar as cotas mínimas e máximas para a contratação dos aprendizes. Há mais de 60 anos esse sistema vem

contribuindo para o crescimento do nosso país por meio de programas de aprendizagem.

Em 2000, o governo decidiu impulsionar a prática por meio da lei nº 10.097/2000. Havia uma demanda social: era necessário criar dispositivos para gerar emprego e renda para adolescentes e jovens no Brasil. Assim, a Lei do Aprendiz, como ficou caracterizada, previu a inclusão – ao lado dos Serviços de Aprendizagem – das organizações sem fins lucrativos, pois elas têm a *expertise* para capacitar e a capilaridade para identificar e assistir jovens em situação de maior vulnerabilidade social. Por entender os múltiplos benefícios que a lei nº 10.097/2000 oferecia ao adolescente, o Espro foi um dos pioneiros em preparar-se como Organização Certificadora de Aprendizes. Em 2003, por exemplo, teve participação ativa junto ao Conselho Municipal

Muitas empresas parceiras tornaram-se entusiastas apoiadoras do programa de aprendizagem após constatarem quantos benefícios o programa traz, tanto para os jovens quanto para elas próprias

dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), contribuindo com a elaboração da resolução necessária para uma regulamentação local, iniciando pela cidade de São Paulo.

Em 2005, a lei nº 11.180 alterou o limite de faixa etária do aprendiz, o que gerou um aumento significativo no número de vagas. Aquelas vedadas aos menores ficaram liberadas para os jovens maiores de idade, provocando o crescimento da demanda por programas de aprendizagem nas cidades do interior dos Estados. No mesmo ano, o decreto nº 5.598/2005 regulamentou a lei nº 10.097/2000, gerando maior segurança tanto para as empresas quanto para as organizações certificadoras.

No início, a adesão foi bastante modesta e era, de fato, o esperado. A Lei do Aprendiz é uma obrigação legal que dificilmente é atendida espontaneamente. Ademais, havia ausência de informação sobre a nova legislação e as obrigações por ela geradas. Mas o cenário foi mudando, devido aos esforços do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e das organizações certificadoras, que promoveram inúmeros eventos e fóruns esclarecedores. As empresas passaram a utilizar os programas de aprendizagem em sua política de recrutamento e formação profissional de novos colaboradores; outros colocaram o programa dentro da política de Responsabilidade Social Corporativa e, assim, cada um foi encontrando soluções que melhor atendiam às necessidades e valores da sua organização. Muitas empresas parceiras tornaram-se entusiastas apoiadoras do programa de aprendizagem após constatarem quantos benefícios o programa traz, tanto para os jovens quanto para elas próprias. E então promovem treinamento, capacitação e acompanhamento para os jovens e oferecem a eles a possibilidade de avanço educacional. Isso sem contar o grande interesse na efetivação do aprendiz.


A condição de aprendiz tem dois aspectos fundamentais: o primeiro é que o jovem recebe uma formação técnico-profissional metódica, e a condição obrigatória para isso é que ele frequente o ensino regular; o segundo aspecto é que ele ingressa no mundo do trabalho com registro em carteira, salário e todos os demais direitos e a benefícios. Das muitas formas de trabalho no país, esta é a que melhor protege e favorece a inserção de jovens ao mundo do trabalho e, inclusive, é respaldada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os programas de aprendizagem ajudam e estimulam o jovem a retomar ou continuar seus estudos. As taxas de evasão e abandono escolar são os mais críticos

justamente entre 14 e 18 anos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), quem possui até oito anos de estudo tem 40% de chance de ficar na linha de pobreza. Quem possui 11 anos de estudo, ou seja, concluiu o ensino médio, reduz esta chance a 9%.

Com o objetivo de amadurecer e viabilizar as vertentes da aprendizagem com todos os públicos estratégicos, o governo criou o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional. Nos últimos quatro anos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), tivemos mais de 645 mil jovens capacitados para o mercado de trabalho. Hoje, a meta do governo é chegar ao número de 1,2 milhão de aprendizes no país até 2015. Obviamente, tendo metas a atingir, o governo se vê na obrigação de criar condições para que a aprendizagem se torne possível, disseminada e devidamente monitorada. O que se nota é que, desde o ano de 2000, nunca houve um momento em que a movimentação do governo com relação a este assunto estivesse tão ativa.

Esta demanda deverá ser atendida, em conjunto, pelo Sistema "S", pelas escolas técnicas e pelas organizações sem fins lucrativos. No Espro, vemos várias formas de ajudar o Brasil a atingir esta meta: contribuindo com a construção de novos programas para segmentos pouco explorados pela aprendizagem; por meio de parcerias, auxiliando outras instituições a se tornarem certificadoras; articulando-se para a evolução do programa por meio de presença constante nos debates e decisões do governo e parceiros; e, por fim, realizando cada vez melhor o nosso trabalho. Formamos mais de 17 mil jovens a cada ano, em mais de 2 mil municípios no Brasil.

Nossa experiência, como também de outras instituições envolvidas com a causa, como o Instituto Ethos e os Atletas pela Cidadania, mostra que mesmo os empresários mais resistentes têm sua concepção sobre o assunto positivamente alterada após contratarem seu primeiro aprendiz. Isso se deve à percepção de que, ao contratá-los, passam a ter a nobre atribuição de prepará-los para um futuro profissional, fazem um ato de responsabilidade social e percebem que os investimentos são condizentes e compensadores. A prática da responsabilidade social pressupõe que toda a cadeia envolvida seja impactada. Num país como o Brasil, onde ainda existe o déficit social e o educacional, ser uma empresa que apoia a aprendizagem é uma importante contribuição. É preciso que apoiemos iniciativas que gerem oportunidades e despertem o interesse intelectual nos jovens. Trazer a causa social para dentro de casa. Atuar para a sustentabilidade da nossa sociedade. 

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo - SP
8 de maio

Cerimonial e Protocolo: o que é necessário em diversos tipos de eventos

André Mazzucatto

10 de maio

Legislação das entidades beneficentes: novas polêmicas do CEBAS e Trabalhistas

Fernanda Perregil, Rodrigo Pinheiro Nako

15 de maio

Técnicas artísticas para educadores e profissionais que lidam com crianças e adolescentes

Mara Vieira Paixão

16 de maio

Fumcad em 4 etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas

Carol Zanoti

17 de maio

Os 4 P's da Captação de Recursos: uma forma moderna de mobilizar!

Marcelo Estraviz

18 de maio

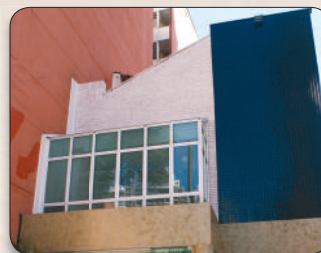
ISO 26000: O que muda nas políticas de Responsabilidade Social?

Francisco Luiz Biazini Filho

Atibaia - SP
21 a 25 de maio

Imersão Contábil para organizações do Terceiro Setor

Ricardo Roberto Monello, Alexandre Chiaratti, Ivan dos Santos Pinto, Marcelo Roberto Monello, Jair Gomes de Araújo, Domênico Roberto Monello, Alexandre Henrique Neiva Ferreira, Paula Martini Borsato, Valdirene Aparecida de Oliveira



Venha conhecer a nova estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Accesse o site pelo seu smartphone



Cota ampliada

A cota obrigatória para contratação de portadores de deficiência e pessoas reabilitadas poderá ser ampliada em breve, caso seja aprovado o projeto de lei nº 2.973/11, do deputado licenciado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Pela legislação atual, as empresas com mais de 100 empregados estão obrigadas a contratar entre 2 e 5% de portadores de deficiência ou reabilitados em seu quadro de empregados. A proposta institui essa obrigação para as empresas com mais de 30 empregados e amplia o percentual máximo para 8%, em vez dos 5% atuais. Pela proposta, as cotas deverão ser preenchidas na seguinte proporção: entre 30 e 200 empregados – 2%; entre 201 e 500 empregados – 4%; entre 501 e 1.000 empregados – 6%; e mais de 1.000 empregados – 8%. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

Cheque-caução proibido nas emergências

O que geralmente é sinônimo de pesadelo para quem precisa de atendimento médico de emergência em um hospital privado – a exigência de qualquer garantia, como cheque-caução, nota promissória ou mesmo o preenchimento de formulários administrativos como condição para o atendimento médico – poderá, efetivamente, virar lei. Projeto de lei elaborado pelos ministérios da Saúde e da Justiça e encaminhado ao Congresso Nacional torna crime essa exigência, pois altera o Código Penal e aumenta a penalidade em relação ao crime de omissão de socorro. A proposta estabelece detenção de três meses a um ano, e multa, sem definir valores. Quando o fato levar a lesões corporais graves a pena pode duplicar e, em casos de morte, triplicar. O PL determina ainda que os estabelecimentos de saúde que realizam atendimento de emergência informem, em local visível, que é crime a exigência de garantias financeiras e administrativas.

 www.saude.gov.br

Identidade visual única

A Câmara analisa o projeto de lei nº 2.949/11, do deputado Antonio Brito (PTB-BA), que determina a elaboração de uma identidade visual específica para todas as ações vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Pela proposta, a padronização e a divulgação da identidade visual deverá prevalecer em unidades públicas estatais, entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios vinculados ao SUAS. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o SUAS gerencia benefícios assistenciais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e organiza ações de proteção para pessoas em situação de vulnerabilidade social e em situação de risco por causa de abandono, maus-tratos, abuso sexual e uso de drogas.

 www.camara.gov.br

Unidade de Acolhimento

O Ministério da Saúde baixou a portaria nº 121, que instituiu a unidade de acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Ela funcionará 24 horas por dia, 7 dias por semana, e terá como objetivo oferecer acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com esses problemas que estejam em situação de vulnerabilidade social e familiar e necessitem de acompanhamento terapêutico e protetivo. O município ou região de referência para a unidade de acolhimento deve contar com mais de cinco leitos psiquiátricos para atendimento aos necessitados. Haverá dois tipos de unidades: as de acolhimento adulto, para maiores de 18 anos, de ambos os sexos (máximo de 15 vagas); e as de acolhimento infantojuvenil, para crianças e adolescentes de 10 a 18 anos (máximo de 10 vagas).

 www.saude.gov.br


Serviço Social nos hospitais

Eis uma proposta que será muito bem-vinda em todo o Brasil. A Câmara dos Deputados analisa o projeto de lei nº 3.032/11, do deputado licenciado Aguinaldo Ribeiro, que inclui entre as ações do Serviço Social atuar nos hospitais públicos, para orientar os segurados quanto a seus direitos aos benefícios por incapacidade. A proposta altera a lei que trata dos planos de benefícios da Previdência Social (lei nº 8.213/91). Segundo o autor, são poucos os segurados que contam com o apoio do Serviço Social, em razão do desconhecimento de sua existência e da dificuldade de acesso à localidade em que é prestado. A matéria ainda será distribuída às comissões técnicas da Casa.

 www.camara.gov.br

SiGPC: roteiro para cadastramento

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou um roteiro completo para facilitar o cadastramento dos gestores responsáveis por prestar contas e dos demais usuários no módulo PC Online, do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), regulamentado pela resolução CD/FNDE nº 2/2012. O sistema entrou no ar em 2 de fevereiro deste ano e traz as orientações de habilitação e acesso, que passaram a ser enviadas aos gestores que têm obrigação de prestar contas cujo prazo vence ao longo de 2012. Os gestores devem acompanhar o e-mail registrado no SIMEC, para onde as mensagens serão progressivamente enviadas. De acordo com o sistema, as entidades que não estiverem com o devido registro no SIMEC, inclusive no caso de endereços desatualizados, devem providenciar a atualização ou aguardar o recebimento via postal, que será providenciado tão logo se encerre a habilitação por meio eletrônico.

 www.fnde.gov.br



Auxílio-acidente I

O auxílio-acidente é um benefício pago ao trabalhador que sofre um acidente e fica com sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho. É concedido ao segurado que receba auxílio-doença e que, ao final de seu tratamento, fique constatada, pela perícia médica da Previdência Social, a impossibilidade de continuar desempenhando de forma plena suas atividades. Têm direito ao auxílio-acidente o trabalhador empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial. O empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não recebem o benefício. O acidente sofrido pelo segurado pode ser relacionado à atividade que exerce ou não. Assim, o auxílio-acidente não é concedido apenas nos casos tipificados como de acidentes de trabalho.

Auxílio-acidente II

Para concessão do auxílio-acidente não é exigido tempo mínimo de contribuição, mas o trabalhador deve ter qualidade de segurado. Por ter caráter de indenização, pode ser acumulado com outros benefícios pagos pela Previdência Social, exceto aposentadoria. O benefício começa a ser pago a partir do dia seguinte em que cessa o auxílio-doença e deixa de ser pago quando o trabalhador se aposenta. O valor do auxílio-acidente corresponde a 50% do salário de benefício que deu origem ao auxílio-doença. Em 2010, foram concedidos 18.106 auxílios-acidente. Desse total, 12.655 foram pagos a trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho. Em janeiro deste ano, por exemplo, o INSS concedeu 1.676 benefícios deste tipo.

 www.previdencia.gov.br

Piso do magistério reajustado

Criado em cumprimento ao que estabelece o artigo 60, inciso III, alínea “e” do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o piso salarial do magistério deve ser reajustado em 22,22%, conforme determina o artigo 5º da lei nº 11.738, de 16 de junho de 2008. O novo valor será de R\$ 1.451,00. Pela legislação vigente, a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2011, em relação a 2010, elevando a remuneração mínima do professor de nível médio e jornada de 40 horas semanais para R\$ 1.451,00. A Lei do Piso determina que nenhum professor deve receber menos do que o valor determinado por uma jornada de 40 horas semanais.

 www.mec.gov.br

Verbas para creches e quadras esportivas

R\$ 29.228.000,74. Este foi o montante repassado no dia 27 de fevereiro pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a construção de escolas de educação infantil e de quadras esportivas escolares, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II). Para as quadras esportivas foram destinados R\$ 8.339.827,11 a 49 municípios de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Sergipe, São Paulo e Tocantins. O restante foi direcionado à edificação de creches em 52 municípios de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

 www.fnde.gov.br

Doação de próteses e cadeiras de rodas

As empresas que comprarem aparelhos de surdez, próteses, órteses e cadeiras de rodas para doação poderão deduzir até 5% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Este é o teor do projeto de lei nº 3.177/12, do deputado Edson Pimenta (PSD-BA). Pela proposta, os artigos deverão ser doados a organizações da sociedade civil, objetivando a distribuição à população carente. Segundo o texto, caberá à Receita Federal fiscalizar a aplicação do incentivo fiscal. As infrações sujeitarão o contribuinte ao pagamento do valor do imposto devido, além de demais acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada ao contribuinte multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente. O projeto será distribuído para votação nas comissões da Câmara.

 www.camara.gov.br

Prioridade na restituição do IR

Outro Projeto de Lei (lei nº 3.224/12) que tramita na Câmara traz importante proposta em relação ao Imposto de Renda e às pessoas com necessidades especiais. O texto, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), estabelece prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda para as pessoas com deficiência que precisam fazer tratamento contínuo. Atualmente, o contribuinte que se enquadrar nessa exigência é obrigado a apresentar laudo médico à Receita Federal, comprovando a necessidade do tratamento. O PL altera a lei nº 10.048/00, que dá direito a atendimento prioritário em diversos locais para pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e acompanhadas por crianças de colo.

 www.camara.gov.br

1 O que uma entidade beneficente da área da educação deve observar ao contratar um professor estrangeiro para ministrar aulas de determinada língua?

O estrangeiro poderá exercer atividade remunerada no Brasil se obtiver autorização para tanto, através de visto temporário ou definitivo (artigos 13 até 16 da lei nº 6.815/80), ou na forma determinada pelo Conselho Nacional de Imigração. O visto temporário é destinado à contratação de artistas, desportistas, cientistas, professores, técnico ou profissional de outra categoria, ministro evangélico etc., de acordo com o decreto-lei nº 691/69. Os requisitos para contratação estão dispostos na Resolução Normativa nº 12/98 do CNI:

- O estrangeiro deve comprovar que tem formação universitária ou experiência de, pelo menos, nove anos;
- Deve comprovar que tem experiência profissional ligada às atribuições que terá no Brasil (dois anos, após a graduação, ou três, nos demais casos) por meio de cartas de referência emitidas pelos empregadores anteriores;
- Proibição de redução salarial após a designação de trabalho no Brasil (quando for transferido) – Resolução do Conselho Nacional de Imigração 7/2004, podendo ser considerada a parte paga no exterior com a parte paga no Brasil.

2 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal de uma organização social pode ter repercussão em benefícios fiscais?

De acordo com a Solução de Consulta nº 5 exarada pela Delegacia da Receita Federal da 3ª Região Fiscal, Divisão de Tributação, e publicada no Diário Oficial da união de 14 de fevereiro de 2012, temos que enquadrando-se a entidade como organização social nos termos da lei nº 9.637, de 1998, o requisito da remuneração, qualquer que seja sua denominação, de componentes do Conselho Fiscal não tem repercussão no benefício da isenção, uma vez que aqueles não são considerados dirigentes. Dispositivos Legais: Código Tributário Nacional (CTN), art. 111, inciso II; lei nº 9.532, de 1997, art. 15, caput, 12, parágrafo 2º, alínea “a”, e 13, parágrafo único; lei nº 10.637, de 2002, art. 34; IN SRF nº 113, de 1998, art. 4º, parágrafo 1º.

3 Uma entidade beneficente teve um de seus imóveis penhorado. Porém, junto ao Registro de Imóveis, este ainda se encontra em nome do antigo proprietário. O que fazer?

Primeiramente, procure um advogado. No nosso entendimento, como a propriedade está sendo esbulhada, ou seja, o possuidor do imóvel está sendo privado da posse sobre o bem, em razão da penhora, com base no art. 1.046 do Código

de Processo Civil, entendemos que a medida mais adequada para descaracterizar a penhora seja pela via de Embargos de Terceiro, já que aquele que não é parte do processo e vier a sofrer turbação ou esbulho por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, poderá requerer que lhe sejam mantidos ou restituídos na posse por meio de embargos.

4 Qual é o percentual de aplicação dos serviços prestados que a entidade de saúde deve fazer para ser certificada junto ao Ministério da Saúde?

De acordo com o art. 4º, inciso II da lei nº 12.101/09, deve ser ofertada a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) no percentual mínimo de 60%. A entidade de saúde de reconhecida excelência, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, poderá realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, celebrando ajuste com a União, para dar cumprimento ao requisito previsto no art. 4º, por intermédio do Ministério da Saúde, nas seguintes áreas de atuação:

- estudos de avaliação e incorporação de tecnologias;
- capacitação de recursos humanos;
- pesquisas de interesse público em saúde; ou
- desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde.

5 Uma entidade de caráter educacional faz jus à imunidade das contribuições sociais prevista no artigo 195, parágrafo 7º da CF/88?

Exceto nos casos em que não sejam observados os preceitos legais, a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal aponta para o reconhecimento da imunidade tributária para aquelas entidades que prestam assistência social no campo da educação, devendo estas gozar da imunidade tributária esculpida no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal. Vale destacar que esse entendimento foi reafirmado pela recente decisão proferida pelo STF em 23 de março de 2011, junto aos autos do Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 491538, de Santa Catarina.

6 Em um processo judicial, a entidade beneficente terá direito ao benefício da justiça gratuita por não visar lucro e não ter fins econômicos?

Depende. Existe tese consagrada pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o qual é ônus da pessoa jurídica, diga-se entidade beneficente, comprovar os requisitos para obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita, mostrando-se irrelevante a finalidade lucrativa ou não da entidade. Portanto, nem sempre a gratuidade processual será reconhecida pelos tribunais, principalmente quando a entidade apresentar superávit.

QUANTO VALE UM SORRISO?

Ver uma criança sorrindo ou uma mãe feliz da vida com seu filho nos braços é algo que, para nós, não tem preço. Em 70 anos de trabalho, já foram mais de 650 mil partos, todos gratuitos. Agora, imagine o número de sorrisos que surgiram a partir de cada nascimento. Precisamos continuar este trabalho e, para isso, precisamos de sua contribuição. Você pode nos ajudar financeiramente ou através de doações de materiais. Acesse nosso site e veja como colaborar. Vamos juntos fazer com que mais e mais sorrisos nasçam todos os dias.

WWW.AMPAROMATERNAL.ORG

LEÓPERA



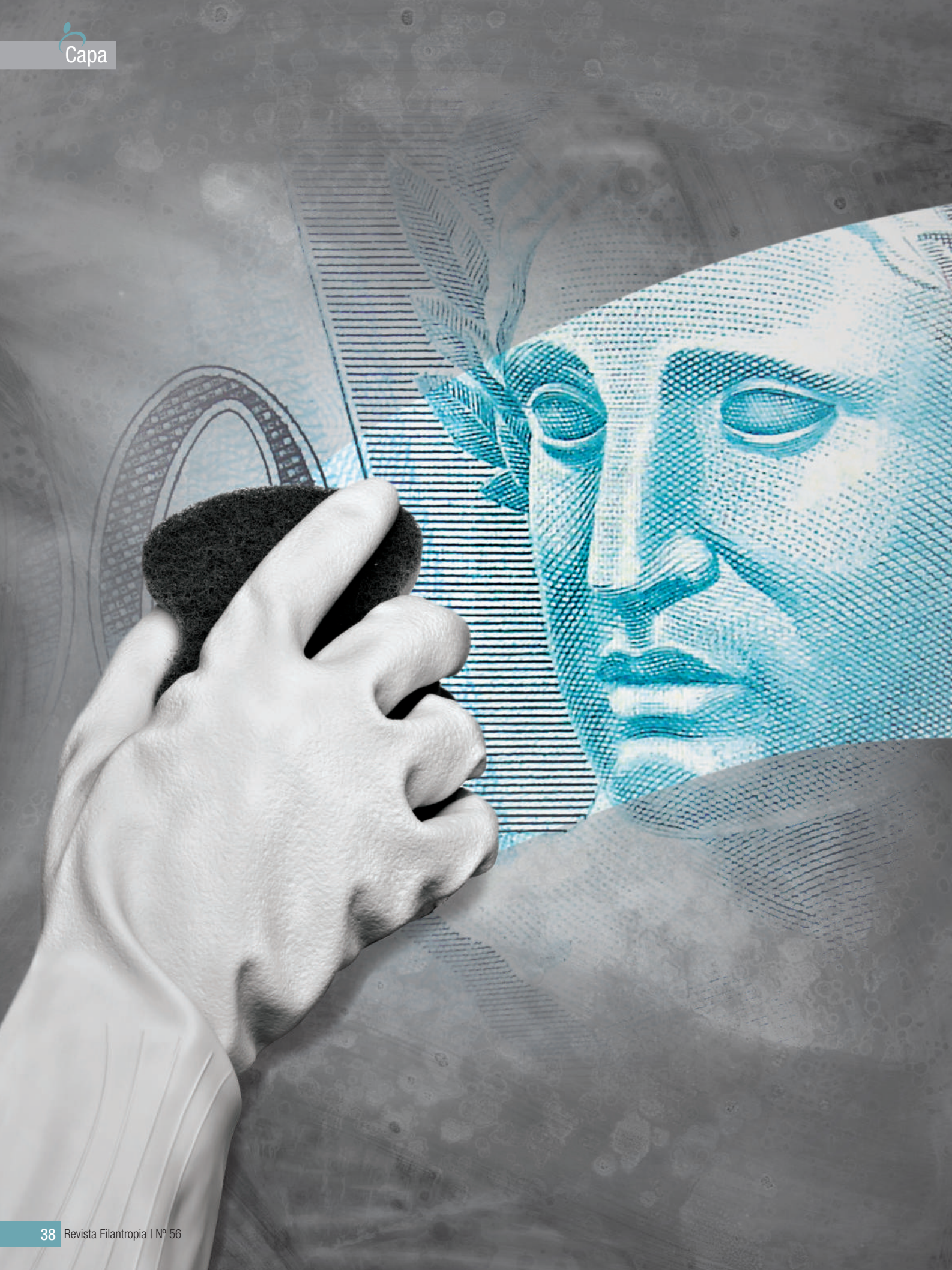
Adquira
um exemplar
do livro *Amparo
Maternal* e colabore
com este projeto.



AMPARO
MATERNAL



ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO DE
SANTA
CATARINA



A nova portaria interministerial das transferências voluntárias da União

Novas funcionalidades do Siconv trazem mais transparência e melhores resultados

Por **Fernanda Lyra**

O ano de 2008 foi um marco para as transferências voluntárias da União, instituídos o decreto nº 6.170/07 e a Portaria Interministerial (PI) nº 127/08, que substituíram a Instrução Normativa 01, regulamentando as novas diretrizes dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria que deveriam tramitar pelo Portal de Convênios – Siconv.

Em 24 de novembro de 2011 foi publicada a PI nº 507/11, que revogou a PI nº 127/08 e trouxe novas exigências, eliminando algumas exceções para entidades privadas sem fins lucrativos que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação. A nova portaria acrescentou três capítulos iniciais, definições de competências e responsabilidades, sobre chamamento público ou concurso de projetos, e das vedações, para ilustrar a abrangência das alterações.

Em virtude da edição do decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, que acrescentou o art. 18 B ao decreto nº 6.170/07, todos os convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados a partir de 16

de janeiro de 2012 deverão ser, obrigatoriamente, registrados e operacionalizados no Siconv, condicionando os correspondentes repasses de recursos ao prévio atendimento desse comando. Até então, os órgãos repassadores de recursos ainda podiam utilizar sistemas específicos.

Desde sua criação, o Siconv vem sofrendo melhorias constantes por se tratar de um sistema complexo. Estabeleceu-se o prazo de três a seis anos para a consolidação total das funcionalidades do portal. Porém, de acordo com o decreto nº 7.641/11, art. 3º, ficam estabelecidos prazos para as seguintes funcionalidades:

- I - até 16 de janeiro de 2012: Acompanhamento e Fiscalização;
- II - até 2 de maio de 2012: Chamamento Público, Módulo Específico para Termos de Parceria, Cotação Prévia de Preços para as entidades privadas sem fins lucrativos e Tomada de Contas Especial; e
- III - até 30 de julho de 2012: Ordem Bancária de Transferências Voluntárias.

Nas próximas páginas, confira as principais mudanças da nova portaria interministerial.

PI nº 127/08 – COMO ERA	PI nº 507/11 – COMO FICOU	Comentários
I – PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS		
10 anos	5 anos, se documentos originais estiverem digitalizados.	Reduzido o tempo de arquivo de documentação, uma vez que todo arquivo necessita ser digitalizado para ser inserido no Portal.
II – DAS DEFINIÇÕES DE COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE LOCAL		
Não estabelecido	Definidas as responsabilidades do concedente e conveniente no acompanhamento e fiscalização.	Clareza de ações e papéis de cada órgão.
III – DO CHAMAMENTO PÚBLICO		
Critério do concedente realizar a chamada pública.	Para celebração de instrumentos com entidades privadas sem fins lucrativos, torna-se obrigatório o chamamento público.	Benefício para as entidades por terem acesso ao edital do chamamento público com informações sobre prazos, condições e critérios de seleção.
III – DO COMPROVANTE DO EXERCÍCIO		
Não exigido	Comprovar exercício nos três últimos anos de atividade referente à matéria objeto do convênio. No caso de calamidade pública, comprovar exercício de no mínimo 180 dias.	Diferentemente da declaração de funcionamento regular, o comprovante será analisado e aprovado pelo concedente para que a entidade esteja apta a celebrar convênios. Fator condicionante para o recebimento dos recursos.
III.I – DA EXCEÇÃO		
Não definido	Não se aplica às transferências do Ministério da Saúde destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Beneficia somente instituições receptoras de recursos do SUS.
IV – DOS VALORES MÍNIMOS		
R\$ 100.000,00 (cem mil reais).	R\$ 100.000,00 ou, no caso de obras, exceto elaboração de projetos, R\$ 250.000,00.	Aplicável somente para órgãos da administração pública direta e indireta.
V – DO CADASTRAMENTO		
Válido por um ano	Válido por um ano. Nos casos em que o cadastramento for realizado pelo concedente, os documentos poderão ser enviados ao órgão repassador dos recursos, via postal, pelo dirigente máximo da entidade privada sem fins lucrativos.	Beneficia as entidades devido à dificuldade com unidades cadastradoras, dispensando a necessidade de apresentar documentação pessoalmente.
VI – DA CONTRAPARTIDA		
Não definido	Comprovação da contrapartida por meio de previsão orçamentária. A contrapartida não financeira poderá ser aceita, salvo disposição legal.	Exigência somente para entes públicos. Deve ser previsto no orçamento anual.

PI nº 127/08 – COMO ERA	PI nº 507/11 – COMO FICOU	Comentários
VII – DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS		
Capítulo novo para PI 507	Para contratação de obras e serviços de engenharia, deverá seguir a tabela BDI (Benefícios e Despesas Indiretas). Preço orçado e preço contratado não poderão ultrapassar o preço de referência. O preço de referência deve seguir a SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).	A definição das tabelas de parâmetro minimiza a possibilidade de erro no orçamento e obras superfaturadas.
VIII – DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS		
Capítulo novo para PI 507	O acompanhamento será realizado por metas estabelecidas no Plano de Trabalho.	Maior controle para o conveniente, sabendo que deverá apresentar resultados ao final de cada meta.
IX – DO PRAZO PARA APRESENTAR O PROJETO BÁSICO		
Apresentar em prazo fixado, podendo prorrogar uma única vez por igual período.	Apresentar em prazo fixado, podendo prorrogar uma única vez por igual período. O prazo não poderá ultrapassar 18 meses, incluindo a prorrogação.	Determinar prazos minimiza o atraso na execução do convênio ou contrato de repasse.
X – DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO		
	Fica condicionada a aprovação do comprovante de exercício de atividades dos três últimos anos pelo concedente.	Exclusivo para entidades privadas sem fins lucrativos.
XI – DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO		
Assinatura dos partícipes e interveniente, se houver.	Quando se tratar de entidades privadas sem fins lucrativos, deverá ser assinado pelo ministro de Estado ou dirigente máximo do concedente. Os mesmos não poderão delegar a competência.	O dirigente máximo do concedente ou ministro de Estado fica totalmente responsável pelos instrumentos pactuados.
XII – DA PUBLICIDADE		
Dez dias para informar a celebração do instrumento e a liberação de recursos.	Dez dias para informar a celebração do instrumento. Dois dias para informar a liberação dos recursos.	Prazos estipulados para os entes públicos notificarem a Câmara Legislativa ou Câmara Municipal. Entidades privadas sem fins lucrativos deverão notificar o conselho municipal ou estadual.
XIII – DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
5% do valor do objeto.	15% do valor do objeto.	Somente para entidades privadas sem fins lucrativos, desde que previsto no Plano de Trabalho, autorizado e demonstrado no instrumento.

PI nº 127/08 – COMO ERA	PI nº 507/11 – COMO FICOU	Comentários
XIV – RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Serão obrigatoriamente aplicados no objeto do convênio.	Somente poderão ser aplicados no objeto do convênio.	Na portaria anterior era obrigatória a aplicação dos rendimentos no convênio, passando a ser optativa caso necessário ao bom desempenho do convênio.
XV – DA COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS		
Deverá ser registrado no Siconv.	Nos casos em que o Siconv não permitir o acesso operacional, deverá ser realizada a cotação prévia de preços mediante apresentação de no mínimo (três propostas.	No caso de obras, as entidades privadas sem fins lucrativos poderão pegar carona no registro de preços dos entes federados. É necessário passar por processo licitatório para execução de obra, segundo a lei nº 8.666/93.
XVI – DOS PAGAMENTOS		
Seguia o cronograma de desembolso de acordo com o plano de trabalho.	Na execução direta, a primeira parcela do conveniente será antecipada. A liberação da segunda parcela e das seguintes fica condicionada à aprovação por meio de relatório da execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.	Toda irregularidade na execução será pontuada durante o processo, o que facilita na correção de possíveis erros antes mesmo de se iniciar a prestação de contas.
XVI.I – DA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA		
Pagamentos realizados exclusivamente mediante crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços.	Dispensa do procedimento quando autorizado por autoridade máxima do concedente, execução do objeto pelo conveniente em regime direto ou para ressarcimento ao conveniente por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atraso na liberação do recurso. Nesses casos, o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio conveniente.	Benefício para a boa execução do objeto do convênio. Na prática isso já acontecia, porém agora tem o amparo da portaria.
XVII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO		
As informações da execução podiam ser preenchidas após o término, durante o período de prestação de contas.	As informações da execução devem ser inseridas no período das atividades de fiscalização e acompanhamento do convênio.	Passou a ser obrigatório o preenchimento das informações logo após atividade realizada, sujeito a bloqueio de recurso.
XVIII – DAS OBRAS DE ALTO VALOR		
Não definido	Deverá ser realizada por regime especial de execução disciplinado pelo concedente. O concedente terá o prazo de 12 meses para disciplinar o disposto.	Mais voltado para entes públicos.
XIX – PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
30 dias após o término da vigência do convênio.	60 dias após o encerramento da vigência ou conclusão do objeto.	O conveniente ganhou 30 dias da portaria anterior para prestar contas.

PI nº 127/08 – COMO ERA	PI nº 507/11 – COMO FICOU	Comentários
XX – DOS CONVÊNIOS NÃO EXECUTADOS NEM UTILIZADOS OS RECURSOS		
Não era previsto.	Devolução dos recursos sem a incidência dos juros de mora.	Caso o recurso seja utilizado incidirão os juros do uso indevido, além da devolução dos recursos.
XXI – PRAZO PARA REGISTRO DE INADIMPLÊNCIA		
Não definido.	45 dias após notificação.	Aplicável para todos os tipos de convenientes.
XXII – DAS NOTAS FISCAIS		
Não especificado.	Notas devem ser apresentadas com data do documento, compatibilidade entre emissor e os pagamentos registrados no Siconv. O valor deve ser compatível com plano de trabalho, dados do conveniente, do programa e número do convênio.	Já era exigido pelos órgãos do concedente, porém, agora está regulamentado pela portaria.
XXIII – DO PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE BAIXO VALOR		
Capítulo novo.	Liberação dos recursos em no máximo três parcelas, 50%, 30% e 20% do repasse da União, respectivamente.	Facilita para o conveniente quando for apresentar o cronograma de desembolso.
XXIII.I – DO LIMITE A SER CONSIDERADO BAIXO VALOR		
Capítulo novo.	Inferior a R\$ 750.000,00.	Parâmetro que facilita a elaboração do projeto e planejamento.
XXIII.II – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO		
Capítulo novo.	O concedente irá autorizar o início das atividades após a liberação da primeira parcela do repasse da União.	Com esta informação, o conveniente fica ciente que não pode começar executando o convênio somente com a contrapartida.
XXIII.III – NO CASO DE IRREGULARIDADES		
Capítulo novo.	Haverá a suspensão da liberação das parcelas bem como a suspensão do desbloqueio quando contrato de repasse.	Maior controle da União.
XXIII.IV – DO PRAZO PARA JUSTIFICATIVA DE IRREGULARIDADES E DEVOUÇÃO DOS RECURSOS		
Capítulo novo.	30 dias para justificativa. Caso não aprovado, 30 dias para devolução dos recursos.	Prazos definidos para controle do processo.
XXIV – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Será obrigatória a utilização de indicadores de eficiência e eficácia para aferição da qualificação técnica e operacional.	É obrigatória a utilização de indicadores de eficiência e eficácia para aferição da qualificação técnica e operacional.	Indicar por currículo institucional, currículo dos profissionais envolvidos e histórico de outros projetos realizado com sucesso.

Fica revogada a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008

Novas funcionalidades do sistema

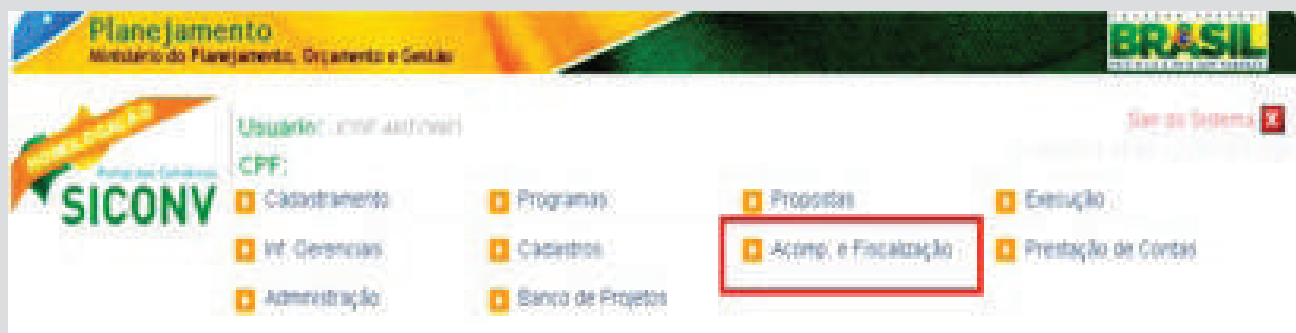
Entraram no ar em 16 de janeiro de 2012 as seguintes funcionalidades: Comprovação de Execução de Atividades e Acompanhamento e Fiscalização, que possibilitam:

- Otimizar a comunicação entre concedente e proponente.
- Histórico de todos os cancelamentos/aprovações realizados no sistema, com identificação do usuário.
- Visualização de comprovantes anteriores.



O passo a passo para incluir os Comprovantes de Execução de Atividades encontra-se no link abaixo:

https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/Decreto6170_Melhorias_SICONV_v3-1-_Portal_dos_Convenios.pdf



O passo a passo para a aba Acompanhamento e Fiscalização encontra-se no link abaixo:

https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/Acomp_Fiscalizacao_Apresentacao_Atualizado_Port_507__10.pdf

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress

A ECONOMIA DO FIM DO MUNDO

Movimentar a economia pelo consumo foi uma decisão tomada após a Segunda Guerra, e serviu para acelerar o uso e a degradação dos recursos



Por Dal Marcondes*

Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial como a única grande economia que não teve sua indústria arrasada por bombas. Um parque produtivo superdimensionado pela guerra, uma economia global em frangalhos e milhares de soldados voltando para casa. O que fazer para não voltar à situação de recessão anterior à guerra, quando hordas de desempregados vagavam em busca de trabalho e comida? A ideia, aparentemente genial, veio de um consultor norte-americano especializado em varejo, Victor Lebow, que viu na aceleração do ciclo de produção e consumo a saída para o impasse: “nossa economia enormemente produtiva (...) requer que façamos do consumo o nosso modo de vida, que convertamos a compra e o uso de mercadorias em rituais (...), que busquemos a nossa satisfação espiritual ou do nosso ego no consumo (...). Nós precisamos de coisas consumidas, destruídas, gastas, substituídas e descartadas numa taxa continuamente crescente”. E isso foi feito, a ponto de 99% dos produtos vendidos pelo comércio nos Estados Unidos já terem sido abandonados no fundo de armários ou gavetas, ou simplesmente descartados em apenas seis meses.

A economia do consumo substituiu a “economia do abastecimento”, na qual as pessoas compravam aquilo que precisavam e a ideia central era vender mais, para mais pessoas. Nossos avós compravam coisas duráveis para poderem se dedicar a outras atividades e não terem de retornar sempre às compras para repor coisas cuja obsolescência

foi planejada em um laboratório. “Da mesma forma que se planejou a sociedade de consumo, é preciso planejar que tipo de economia vai desconstruir essa armadilha onde nos metemos”, explica o economista Ladislau Dowbor. Há diagnósticos realizados e metas estabelecidas sobre o que há de errado com o modelo econômico atual, que mantém cerca de um terço da humanidade sem acesso a direitos universais como educação, água e saneamento, alimentos e habitação, entre outros. No entanto, há uma crônica falta de planejamento sobre como mudar a produção e o consumo em direção a uma economia de baixo impacto ambiental e dentro das metas nacional e global de redução de emissões de carbono.

Não há dúvida que a economia deu grandes saltos nestes 50 anos, com o desenvolvimento de tecnologias e materiais extremamente avançados. No entanto, as curvas de crescimento da população, do Produto Interno Bruto, da extinção de espécies, do uso de combustíveis fósseis, da redução de florestas e da sobrepesca mostram que os níveis de exploração do planeta e os impactos causados pelas atividades humanas vêm crescendo de forma exponencial. E isto está acontecendo apesar do aumento da eficiência no uso de materiais e energia no mesmo período. Os carros dirigidos por nossos avós continham mais materiais (eram mais pesados) e consumiam mais combustível do que qualquer outro nas ruas de hoje. Porém, o volume de combustível utilizado hoje pela humanidade é centenas

Nos anos 1950, a diferença de salários entre um operário da General Motors e seu presidente era cerca de 50 vezes. Hoje, em grande parte das empresas globais essa diferença entre chão de fábrica e alta direção pode atingir quase mil vezes.

de vezes maior do que 50 anos atrás. “A ecoeficiência na produção tem caminhado a passos largos, mas o modelo de economia baseado no ciclo de aceleração do consumo e descarte apenas aumenta o impacto sobre os ecossistemas e não reduz as desigualdades sociais”, explica Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP).

Nos anos 1950, a diferença de salários entre um operário da General Motors e seu presidente era cerca de 50 vezes. Hoje, em grande parte das empresas globais essa diferença entre chão de fábrica e alta direção pode atingir quase mil vezes. Para modificar este quadro é necessário o planejamento do uso dos recursos naturais e energéticos de forma a definir aonde se quer chegar. “Algumas pessoas diriam que isto é socialismo”, diz Luiz Pinguelli Rosa, cientista e diretor da Coppe, órgão ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos mais respeitados centros de pesquisa em engenharia da América Latina. Pinguelli Rosa explica que a área de energia precisa de um planejamento com décadas de antecedência para evitar apagões. “Os investimentos são altos e os projetos demoram para entrar em operação”. Por isso, planejar é fundamental, mas o mesmo não acontece com outras áreas da economia. “Muita coisa é deixada para a vontade do mercado”, diz o pesquisador. O mercado, no entanto, não tem uma visão de futuro, apenas busca soluções para manter sua diretriz de crescimento em um planeta com recursos naturais finitos. “Essa filosofia de crescer por crescer só tem um paralelo na natureza, o câncer”, explica Ladislau Dowbor.

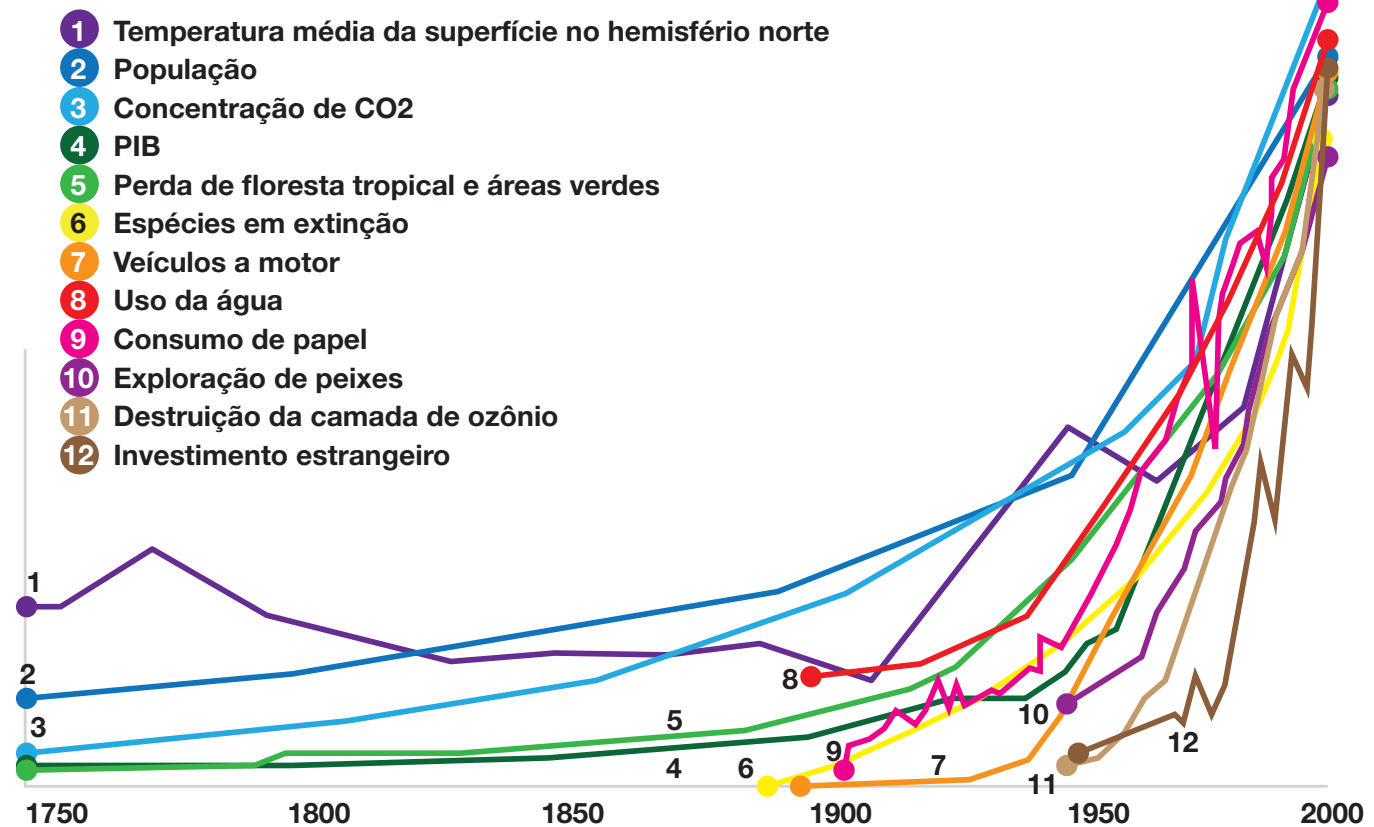
A desigualdade na distribuição dos benefícios na humanidade é gritante. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6% da renda, e esta disparidade vem crescendo. Em 1960, a renda apropriada pelos 20% mais ricos era 70 vezes maior do que a renda dos 20% mais pobres. Em 1989, essa diferença havia subido para 140 vezes. Para Dowbor, este é o problema central a ser atacado, e fazer a economia crescer não passa nem perto de solucionar o problema ético da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas. “Não haverá tranquilidade no planeta enquanto a economia for organizada em função de um terço da população mundial”, afirma.

Um dado importante levantado por Ricardo Young, empresário e ex-presidente do Instituto Ethos, é que já há mudanças em curso na economia. “Porém, não são uniformes”, alerta. Para ele, muitas empresas e governos estão não apenas preocupados, mas atuando para reverter o quadro de degradação econômica e ambiental.

“É o caso do Brasil, que está conseguindo ampliar a renda nas classes mais baixas e, também, vem exercendo uma liderança global em temas ambientais, como as metas que o governo assumiu em relação às mudanças climáticas”, explica. Young alerta que é preciso saber identificar os movimentos na sociedade, que buscam uma nova organização da economia, mais criativa, com menor impacto ambiental e maior benefício social. E esta tendência não está sendo identificada apenas por militantes sociais ou economistas otimistas. Um estudo publicado pela revista inglesa *The Economist* concluiu que a ascensão das mulheres na sociedade nos últimos dez anos contribuiu mais para o crescimento global da economia do que o desenvolvimento da China. Essa percepção levou a agência Goldman Sachs a indicar que diversas regiões do mundo poderiam aumentar seu PIB se reduzissem as desigualdades nas taxas de emprego de homens e mulheres. O Brasil poderia se beneficiar ainda mais desse movimento de equilíbrio entre os gêneros no trabalho. Desde os anos 1970, essa inclusão vem avançando. Naquela época, as mulheres representavam 20% dos trabalhadores do país, passando para 44% no final da primeira década do século 21. Registre-se ainda que 35% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres.

O Brasil atualmente vive uma grande oportunidade para planejar seu desenvolvimento com base em questões bastante objetivas, como os investimentos superiores a R\$ 500 bilhões que estão em andamento em todo o país por conta dos grandes eventos esportivos dos próximos anos, as Olimpíadas do Rio de Janeiro, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol. Entretanto, é preciso integrar os esforços e mostrar uma certa lógica na direção dos benefícios desejados, como melhorar a mobilidade nas cidades e redirecionar esforços para uma sociedade que esteja estruturada em uma economia menos baseada em consumo e exportação de *commodities*, e mais focada em desenvolver vetores como cultura, turismo, biociência, educação e conhecimento. No entanto, o país tem adotado nos últimos anos a mesma ortodoxia econômica com que o mundo tenta enfrentar a sucessão de crises que assola o planeta desde 2008, estimulando o aumento do consumo sem exigir contrapartidas da indústria ou do sistema financeiro. “O momento é especial para uma troca de gentilezas, o governo estimula o consumo, mas deveria exigir mais eficiência no uso de energia e matérias-primas”, explica o também economista Ignacy Sachs, que preconiza a necessidade de planejamento para adequar o modelo econômico à realidade do século 21.

Crescimento dos impactos causados pela atividade humana



Nas relações com o mundo, entre 1998 e 2008 as exportações brasileiras de *commodities* passaram de 20% para 35% do comércio exterior. Se, por um lado, isso elevou as reservas internacionais do país, por outro barateou as importações e desestimulou a indústria local, além do impacto sobre áreas naturais para a ampliação na produção dessas *commodities*.

Segundo o diretor-geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, o consumo global chegou a nove toneladas anuais de matérias-primas por pessoa na Terra, e isso para os atuais 7 bilhões de habitantes. Em um planeta com nove bilhões de pessoas, o consumo *per capita* não poderá ficar acima de cinco ou seis toneladas por habitante. Outra questão importante é o consumo de energia por habitante, que, segundo o Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), deveria ser limitado a 70 gigajoules por ano. Trocando em miúdos, isto significa que um europeu médio teria de cortar pela metade seu consumo de energia, enquanto um norte-americano poderia utilizar apenas 25% do que gasta atualmente. Já um indiano poderia multiplicar por quatro os 15 gigajoules que utiliza. O Brasil está no meio

termo, com cerca de 50 gigajoules por ano por pessoa. Contudo, há de se levar em conta a desigualdade e o desequilíbrio no uso dessa energia.

O mundo vive atualmente uma confluência de crises, e o desequilíbrio financeiro, ambiental e social oferece oportunidades para a construção de novos pontos de apoio. E a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontecerá em junho do ano que vem, pode ser um ponto de partida importante para esta estratégia. O jornalista e ambientalista Aron Belinky, que atua na articulação de demandas da sociedade civil para o evento, explica que empresas e organizações sociais estão mais avançadas do que governos na busca de soluções. “Temos de entender que a questão não é ambiental, como alguns acreditam, mas de modelo de desenvolvimento e de governança global”, explica. Para ele, os governos devem assumir compromissos para planejar uma saída dessa encruzilhada, que olhe para o futuro e entenda que há limites que precisam ser encarados e respeitados. Porém, lembra que isto não significa a estagnação, mas sim um modelo de desenvolvimento focado em valores éticos e criativos, em que as pessoas possam ter acesso aos seus direitos universais nesta e em todas as gerações futuras. (Envolverde)

*Editor de economia de diversos jornais e revistas da grande imprensa paulista e, desde 1998, é diretor de redação do Portal Envolverde (www.envolverde.com.br). Recebeu duas vezes o Prêmio Ethos de Jornalismo, em 2006 e 2008, além do Prêmio Ponto de Mídia Livre, do Ministério da Cultura, em 2009.

Como criar a autossustentabilidade no Terceiro Setor?

Um dos principais desafios para as instituições filantrópicas é a geração de renda. Dependendo de incentivos fiscais e doações são alternativas, mas não os únicos caminhos

As entidades do Terceiro Setor normalmente contam com patrimônio e recursos próprios. Como o dinheiro é finito, as instituições buscam fazer ações de captação de recursos que preencham necessidades momentâneas, por meio de bazares, jantares beneficentes, entre outros. Apesar de apresentarem soluções positivas para o desenvolvimento da sociedade, essas organizações contam essencialmente com a doação. Sendo assim, a prática de sobrevivência das organizações não-governamentais é, muitas vezes, baseada no emergencial.

Este sistema é falho, pois além de não garantir perenidade e planejamento, ainda faz com que o recurso doado não tenha comprometimento por parte do benfeitor. É por isso que as entidades devem buscar soluções que promovam a autossustentabilidade e, acima de tudo, independência financeira. Os incentivos fiscais e doações devem fazer parte do planejamento do Terceiro Setor, alinhados a uma rede autossustentável.

Os incentivos fiscais e doações devem fazer parte do planejamento do Terceiro Setor, alinhados a uma rede autossustentável

Você, leitor, deve estar se perguntando: esse é o modelo ideal, mas como colocá-lo em prática? A forma mais simples de responder ao seu questionamento é apresentando um modelo real de instituição filantrópica autossustentável. A Associação Congregação de Santa Catarina (ACSC) já atua no Brasil há 114 anos e, ao longo desse período, desen-

volveu um modelo composto por instituições que geram lucro e obras sociais. De forma prática, a ACSC nasceu com o propósito social de oferecer serviços de educação, saúde e assistência social para as comunidades mais carentes. Mas criou um modelo de negócio no qual instituições que geram lucro trans-

ferem recursos para as obras essencialmente sociais e gratuitas. Trata-se da conciliação entre eficiência e compromisso com necessidades das comunidades e valores cristãos. Hoje, a ACSC possui 34 obras, das quais cinco instituições são responsáveis por mantê-las. São elas: Casa de Saúde São José (RJ), Hospital

Santa Catarina (SP), Colégio Santa Catarina (SP e MG) e o Residencial Santa Catarina (SP).

Aquela instituição que começou em 1987 com um colégio no Rio de Janeiro hoje é uma das maiores redes de valor compartilhado. Em 2011, a entidade foi responsável por mais de 13 milhões de atendimentos na área da saúde. Além disso, mais de 2.900 alunos estudaram em um dos estabelecimentos de ensino da associação. Na área de assistência social, mais de 3,6 mil pessoas foram beneficiadas.

O que é preciso para aplicar este modelo?

As principais dicas para aplicabilidade de um modelo autossustentável são:

1. **Empreendedorismo:** é preciso criatividade, planejamento e visão de futuro para criar um negócio, buscando informação, solução e inovação, a fim de gerar resultados positivos.
2. **Visão de negócio:** a instituição precisa se entender como um negócio, que visa receita, lucro, presta serviços, e não apenas como uma obra

social ou filantrópica. Tudo isso sem esquecer a sua razão de existir: o social.

3. **Planejamento:** O que está se propondo aqui é iniciar um negócio do zero, ou seja, abrir uma empresa filantrópica, que gere recursos para sustentar obras sociais. Por isso, é necessário planejar financeiramente esta empresa, captar o recurso necessário para o *start up* e para o fluxo de caixa. As palavras de ordem são: planejamento e previsibilidade.
4. **Gestão:** Uma vez estruturada esta empresa, não pense que está tudo resolvido. É preciso gerenciá-la de forma profissionalizada para que ela se torne uma fonte de recurso, e não um ônus para a sua organização. Por isso, invista em cursos profissionalizantes de gestão, procure no mercado as melhores práticas e aplique-as à sua empresa.

Agora que você já conhece uma nova alternativa para manter a sua atividade no Terceiro Setor, reflita: está preparado para arriscar em um novo modelo de negócio? 🍊



ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO DE
SANTA
CATARINA

 **Link**
www.acsc.org.br

 **e-mail**
visibilidade@acsc.org.br

 **Telefone**
(11) 5103-5665



Quando a sustentabilidade pode ficar **insustentável**?



Helóisa Melillo

Presidente da H.Melillo – Grupo de Articulação Social

A palavra sustentabilidade, usada à exaustão nos dias de hoje para definir, entre outras situações, iniciativas empresariais que demonstrem preocupação de como um negócio poderá sobreviver considerando o bem estar das pessoas envolvidas diretamente nele, assim como daquelas impactadas por ele, pode cair na vala da inconsistência caso algumas companhias continuem confundindo o “ser sustentável” com o “parecer sustentável”.

Pela grande importância do tema sustentabilidade, dos benefícios que *ser sustentável* pode trazer para as organizações e do pouco entendimento sobre o conceito, a palavra se tornou, em muitos casos, um rótulo, transformando-se em mais um recurso usado equivocadamente pelos departamentos de marketing das empresas, em vez de ser trabalhado como um conceito norteador de estratégias dentro das organizações.

É necessário ter sempre em mente que sustentável é a empresa que pensa em como desenvolver uma proposta de forma que o nosso planeta seja cuidado e pensado como um lugar preservado para as gerações futuras e, ao mesmo tempo, sobre como fazer com que esse projeto seja viabilizado. Para que seja sustentável, uma empresa tem de entender primeiro o que é cadeia de valor no seu sentido mais amplo, e como isso se traduz no preço e no custo de seus produtos e serviços.

Esses são conceitos recentes, de no máximo 30 anos, mas todos precisam absorver a ideia de que uma série de itens que estavam localizados na coluna dos custos passou a figurar na coluna de investimentos.

Porém, muitas organizações não estão preocupadas em entender o que é sustentabilidade; infelizmente, já entenderam que esse conceito pode realmente aumentar os lucros, não pelos motivos essenciais, mas como peça de marketing e de propaganda.

Como consequência deste frágil alicerce de tomada de decisão sobre políticas e práticas sustentáveis por parte de algumas empresas, é fácil imaginar que o grande desafio para desenvolver e implementar projetos de responsabilidade social e sustentabilidade realmente transformadores nas corporações privadas é a exigência de um retorno rápido e de grande visibilidade.

Uma empresa tem de entender primeiro o que é cadeia de valor no seu sentido mais amplo, e como isso se traduz no preço e no custo de seus produtos e serviços

Considerando que um projeto que trabalha o tema sustentabilidade é feito para pessoas, e que as pessoas têm um tempo de transformação, o reconhecimento sob a ótica investidora tende a demorar. Por isso, a melhor saída nessas situações é desenvolver um projeto de marketing social, que tenha em si a capacidade de se transformar em um verdadeiro projeto de responsabilidade social e sustentabilidade, e que gere também um diferencial para a marca e uma vantagem competitiva para as empresas.

Dentro de todo esse contexto, as organizações nas quais os executivos colocam em prática ações norteadas pela sustentabilidade devem ser valorizadas. Nesses casos, eles acreditam de verdade que a empresa, apesar de privada, tem uma responsabilidade com o que é da sociedade, porque seus produtos e serviços são colocados à disposição de todos.

Porque, enquanto o ser sustentável não estiver no DNA das corporações, o parecer sustentável continuará a atender a equivocadas ações de marketing.

300gr + VERNIZ LOCALIZADO

500 unidades
R\$ 110,00

1.000 unidades
R\$ 140,00



Class Comunicação: Marketing Digital e Impressos

A Class Comunicação foi criada para auxiliar e orientar clientes em ações de marketing, de forma simples, prática e objetiva. Nosso objetivo é diminuir o espaço que existe entre uma campanha e o cliente. Abrangemos uma grande variedade de serviços relacionados a marketing virtual, como desenvolvimento de sites e hotspots, e-commerce (loja virtual), campanhas de e-mail marketing, desenvolvimento de identidade visual, entre outros.

Assumimos também a responsabilidade de trazer aos nossos clientes alta qualidade e baixo custo em tudo que diz respeito a material impresso, firmamos uma parceria com uma das mais renomadas gráficas do país e com isso conseguimos oferecer um material diferenciado, de qualidade, com preço baixo e livre de preocupações, pois gerenciamos todo o processo de produção, desde o desenvolvimento da arte até a entrega do material pronto para divulgação/distribuição.

Saiba mais sobre nossos Serviços ou confira nossos ótimos preços para materiais Impressos.

Alguns Serviços

- Websites
- E-commerce
- E-mail Marketing
- Folders
- Catálogos
- Impressos em geral
- Identidade Visual
- Logotipos



Fachada do Laboratório Teuto

Laboratório **TEUTO** **BRASILEIRO**

Companhia investe em ações que visam à promoção da saúde e contribuem para o bem-estar e qualidade de vida

Por Paula Craveiro

O Laboratório Teuto Brasileiro tem por objetivo a industrialização própria ou sob encomenda de terceiros e comercialização de produtos farmacêuticos, dietéticos, fitoterápicos, suplementos alimentares, de higiene e beleza. Seu parque industrial, com 105.000 m² de área construída, está localizado na cidade de Anápolis, no interior de Goiás, e segue os padrões recomendados pelo Food and Drug Administration (FDA), órgão regulador de medicamentos nos Estados Unidos da América, e está de acordo com as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Segundo Elizamar Costa, *controller* do laboratório, mais que comercializar medicamentos, a companhia tem ainda outra preocupação. “A formação de cidadãos conscientes e preocupados com o meio ambiente é uma das grandes preocupações do Teuto. Por isso, a empresa investe em diversos projetos sociais”, afirma.

Já em relação ao aspecto ambiental, a empresa procura contribuir com o que há de mais moderno para manter a qualidade e preservação do meio ambiente. “O Laboratório Teuto Brasileiro investiu na criação de uma reserva ambiental dentro de seu complexo industrial. A

reserva ecológica Follium visa preservar a fauna e a flora típicas da região do cerrado”, conta Elizamar. “Além disso, foi construído um moderno sistema de tratamento de água, para que toda água utilizada no complexo industrial seja tratada antes de ser devolvida à natureza, seguindo os rigorosos padrões ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)”.

Projetos socioambientais

Conforme explica a *controller*, desde a origem, o laboratório comprometeu-se com a sustentabilidade, que visa ao desenvolvimento econômico, social e ambiental de onde atua.

Atualmente, a companhia desenvolve os seguintes projetos socioambientais:

- **Reserva Follium:** O objetivo da reserva, localizada no interior do complexo industrial do Teuto, é preservar a fauna e a flora da reserva ecológica, em uma área que totaliza aproximadamente um milhão de metros quadrados.
- **Doações de Natal:** Anualmente, a companhia promove a doação de 2.500 frangos e 2.500 brinquedos à comunidades carentes.
- **Fundação Teuto:** A fundação tem a missão de garantir atendimento a 178 crianças da comunidade e a seus colaboradores, oferecendo educação infantil, atendimento odontológico e médico, além do acompanhamento com nutricionista.
- **Confiança Solidária:** Em 2009, a companhia criou o projeto Confiança Solidária, cujo foco é a arrecadação de alimentos, mantimentos e roupas, por meio de uma competição, para serem doados a entidades carentes de Anápolis (GO). A iniciativa envolveu os colaboradores do laboratório.
- **Rally dos Sertões – Teuto:** Durante a realização do Rally dos Sertões, o Laboratório Teuto Brasileiro realiza uma importante ação social, fornecendo medicamentos à população carente ao redor das localidades por onde passam os competidores.
- **Patrocínio ao Esporte:** A companhia também incentiva a prática esportiva na busca constante pela saúde, incluindo futebol, automobilismo, esporte amador, entre outros esportes.

Divulgação



Funcionários do laboratório organizam doações

- **Passeio ciclístico:** O objetivo da ação é integrar os colaboradores e seus familiares, além de incentivar a prática esportiva e estimular a responsabilidade social.

Em 2009, o Teuto desenvolveu o projeto Mini Empresa Junior Achievement. “O projeto contribuiu para que a comunidade estudantil conhecesse noções de economia e vivenciasse o ambiente de negócios, pois existiu a formação de empresa estudantil. As ações foram promovidas em escolas públicas através de funcionários voluntários”, comenta Elizamar.

“Todos os projetos são mantidos por meio de recursos próprios e também através de participação voluntária de nossos colaboradores”, destaca Elizamar. “A forma de controle das contas é contábil. Tudo é registrado contabilmente e passa por avaliação prévia de *compliance*”.

Ela ressalta ainda que os projetos citados corroboram e demonstram a fidelidade do Laboratório Teuto aos valores e princípios fixados ao longo dos seus 65 anos de existência: confiança, ética, responsabilidade socioambiental. “É um desafio diário e constante”, diz.

A formação de cidadãos conscientes e preocupados com o meio ambiente é uma das grandes preocupações do Teuto. Por isso, a empresa investe em diversos projetos sociais



Crianças atendidas pela Fundação Teuto

Fundação Teuto

O Laboratório Teuto Brasileiro também mantém a Fundação Teuto – Centro de Educação Infantil Hipoderme, um sofisticado centro pedagógico localizado dentro do complexo industrial, que conta com um espaço contendo: prédio com salas de aula, berçários, enfermaria, lavanderia, copa, cozinha, estacionamento e área de lazer que atende em média 178 crianças (número não auditado) – filhos de colaboradores e crianças da comunidade carente local –, oferece alfabetização, assistência médica e odontológica, sendo considerado referência em projetos sociais no Estado de Goiás.


Desenvolvimento social

A empresa é reconhecida não só pela excelência de seus produtos e serviços, mas também por seu histórico de 65 anos de atuação socialmente responsável. “O Teuto entende que a responsabilidade social pode gerar efeito transformador na sociedade. Por essa razão, investe em ações sociais, com programas, parcerias e projetos voltados para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade”, ressalta Elizamar.

Plano de metas

A *controller* conta que há um Comitê de Desenvolvimento Sustentável (Codes) que monitora e auxilia no

desenvolvimento das atividades sociais. Há também uma política de sustentabilidade amplamente divulgada. “No calendário anual da empresa é prevista a semana do meio ambiente, semana da saúde, além de atividades que envolvam ações de qualidade de vida”, explica.

De acordo com a Política de Sustentabilidade do Laboratório Teuto, o compromisso da empresa com a saúde, a segurança de seus colaboradores e a preservação do meio ambiente nasce de políticas internas, em que a responsabilidade socioambiental se expressa em princípios como: “busca da melhoria contínua na preservação dos riscos ao ser humano, combate à poluição e melhoria da eficiência do uso dos recursos naturais, respeitando os requisitos legais e normas ambientais vigentes”, “promoção do senso de responsabilidade individual em relação ao meio ambiente através da utilização do sistema de comunicação interno e externo, visando à troca de informações e à busca permanente de soluções participativas”, “adoção de estratégias para o uso correto do meio ambiente, através da preservação e monitoramento dos impactos ambientais e resíduos oriundos de nossos produtos e atividades”, e “investimento contínuo em estrutura e ações com escopo socioambiental, respeitando e conservando a cultura e os costumes da comunidade local, bem como a fauna e a flora do cerrado”. 

Seteco há 45 anos agregando valor na **gestão** de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais





O que está em jogo na Rio+20?

O Brasil chegará à Rio+20 com tantas certezas quanto dúvidas a respeito da importância do evento e da repercussão das propostas que, há duas décadas, marcaram as reuniões da ECO-92 e acerca das quais, neste mês de junho, será feito um novo balanço. Passada uma geração desde que o Rio de Janeiro sediou a conferência que consagrou a ideia de desenvolvimento sustentável e estabeleceu uma agenda coletiva de ação social e ambiental (conhecida como Agenda 21), os brasileiros continuam receptivos a essas promessas, mas divergem quanto aos avanços obtidos, o desempenho dos diferentes atores e a ressonância que a Rio+20 pode ter no público geral.

Pesquisa da Market Analysis realizada entre dezembro de 2011 e janeiro deste ano com 804 adultos residentes nas nove principais capitais do país revela que apenas um em cada oito brasileiros (13,2%) ouviu falar sobre a conferência. Contudo, o interesse é alto: 70% do público geral e 82% da minoria tem algum ou muito conhecimento sobre o evento. Semelhante diferença

evidencia o potencial de atenção e eventual mobilização que a Rio+20 poderia alcançar com uma divulgação mais efetiva. Seria isso suficiente para virar o jogo do desconhecimento? Estaríamos pregando somente para a minoria de cidadãos conscientes, já convencidos das virtudes da sustentabilidade, e fracassando em popularizar a mensagem e em tornar o conteúdo do evento relevante para o dia a dia dos brasileiros?

Outro indicador dos desafios no curto prazo tem a ver com a interpretação que a opinião pública faz dos objetivos da Conferência. O rótulo genérico Rio+20 gera vinculações de conteúdos diversos, alguns dos quais nada tem a ver com os assuntos da conferência, embora estejam umbilicalmente ligados ao presente e ao futuro próximo da cidade do Rio de Janeiro. De um lado, surge com muita força a atribuição de objetivos essencialmente ambientais, desde que antenados com a necessidade de dinamismo econômico. A predominância de referências ao desenvolvimento sustentável e à economia verde (48% das menções) vão nesse sentido. A dimensão ambiental é ainda reforçada pelas referências ao meio ambiente no geral e ao combate à poluição como objetivos da conferência (5% de menções adicionais).

De outro lado, a dimensão social é referida por apenas 8% dos que assumem algum grau de informação a respeito da conferência, revelando o desequilíbrio nas ênfases sobre o conteúdo do evento, pelo menos da maneira como a população vem assimilando o mesmo. Em outras palavras, o tripé da sustentabilidade, tido como suposto básico dos trabalhos da Rio+20, e presente explicitamente entre os objetivos, encontra-se desbalanceado em prejuízo da esfera social.

De igual forma, podemos notar que um terço das associações feitas com relação à agenda das reuniões tem pouco ou nada a ver com o que estará na mesa e em debate a partir do próximo dia 13 de junho. Questões como violência ou tráfico de drogas podem ser vistas como condicionantes ou efeitos de níveis insatisfatórios de desenvolvimento humano, mas são temas fora do radar formal da conferência. Em última instância, trata-se de um indicador claríssimo da necessidade de tornar a mensagem não apenas mais abrangente na sua assimilação, mas também mais efetiva na divulgação do que está em jogo no evento.

Vanguarda e retaguarda da sustentabilidade

Consultados sobre como avaliavam o trabalho de diferentes instituições acerca da evolução brasileira rumo

à sustentabilidade, quem melhor desempenho teve aos olhos da opinião pública foi a mídia: uma sólida maioria de 73% dos entrevistados indicou a atuação deste ator como excelente ou muito boa. No outro extremo figuram o governo (55%) e as Nações Unidas (53%), cujas atuações dividem a população e – consequentemente – enfraquecem seus papéis como agentes de mudança.

As implicações dessa polaridade saltam aos olhos: existe um espaço de legitimidade para o debate público e a educação socioambiental, âmbitos de liderança natural para os meios de comunicação, mas o papel da mídia mal pode extrapolar essa esfera: ela nem recomenda políticas de sustentabilidade (função da ONU) nem as implementa (obrigação do governo). E são justamente esses últimos atores, que naturalmente se associam mais à implementação de um modelo de governança sustentável efetivo, os que menos crédito recebem para influir nos rumos desse novo modelo de desenvolvimento. Afinal, qual é a perspectiva de impacto de um compromisso pela sustentabilidade quando seu idealizador (a ONU) e seu executor (o governo) despertam elogios e críticas com quase igual intensidade?

A pesquisa indica que outros agentes conseguem recrutar uma visão favorável entre uma maioria dos brasileiros, mas recebendo questionamentos de pelo menos um terço ou mais da sociedade. É o caso das empresas (nacionais ou multinacionais) e dos cientistas, setores que não apenas participam da estruturação do modelo de sustentabilidade, mas também são responsáveis pela sua conceituação e interpretação (no caso dos membros da ciência e academia) ou pela sua capilaridade prática através de produtos, serviços, investimentos em desenvolvimento, soluções para resíduos e geração de energia (caso das corporações). Diante deles, pouco mais de um em cada três brasileiros se posiciona criticamente.

Daqui a dois meses

É inevitável que a grande maioria dos brasileiros nem chegue a suspeitar o que está em jogo na Rio+20 e, portanto, acabem excluídos (ou se autoexcluindo) do balanço a se fazer e dos novos compromissos a serem assumidos rumo a uma sociedade mais sustentável? Nem um pouco. Por um lado, os primeiros meses do ano foram marcados por importantes eventos no processo preparatório para a conferência, e isso mobilizou tanto o governo como a sociedade civil e o mundo empresarial. As condições para que a discussão e a importância do evento ganhem força e velocidade estão

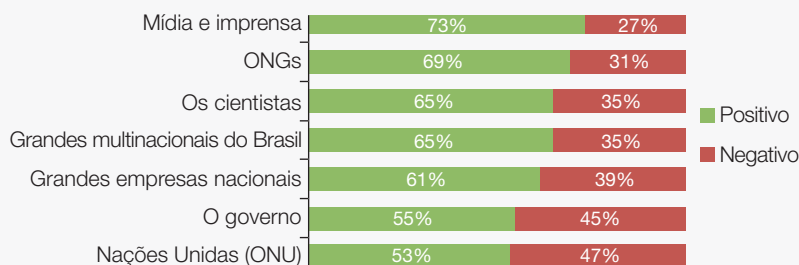
Vinculação dos assuntos na agenda da Rio+20



“E pelo o que você leu ou ouviu falar, quais são os principais assuntos ou objetivos da conferência Rio +20?”

(Nota: 5% dos entrevistados não souberam dizer)

Avaliação do desempenho institucional acerca da agenda de sustentabilidade



“Em que medida você diria que as seguintes instituições estão fazendo um bom trabalho para ajudar no progresso dos desafios econômicos, sociais e ambientais do país? Você diria que estão fazendo um excelente trabalho, um bom trabalho, um trabalho ruim ou um péssimo trabalho nesse sentido?”

Fonte: Market Analysis, Janeiro 2012

dadas. Em grande medida, basta acertar o alvo e o tom da comunicação.

Até meados de junho há espaço para virar o jogo do desconhecimento e as ambivalências sobre o engajamento e resultados dos esforços das diferentes partes envolvidas. Mas, mais importante que pensar nos próximos dois meses, é desenvolver um processo educativo e mobilizador para os próximos trezentos meses. Quando, daqui a mais duas décadas, duas décadas e meia, na hora de refletir sobre uma futura Rio+40, o modelo de desenvolvimento sustentável tenha se tornado realidade.

Link
 www.marketanalysis.com.br

e-mail @
 info@marketanalysis.com.br

Telefone
 (48) 3234-8573

WWF divulga “O que está por trás do Código Florestal brasileiro”

Baseado em pesquisas da Universidade de São Paulo, um vídeo produzido pela organização não-governamental WWF utiliza o cenário agrícola para explicar as motivações da bancada ruralista. Segundo o vídeo, mesmo que o país sustente a segunda posição no *ranking* internacional de exportação agrícola, o modelo de produção utilizado é pouco ambientalmente sustentável e concentrador de renda. Um dos motivos é que a maior parte da agricultura brasileira é produzida por grandes empresários, enquanto os pequenos empresários não recebem tantos incentivos de produção. Em uma linguagem que se assemelha à série *A história das coisas*, o vídeo utiliza desenhos gráficos para explicar tais argumentos.

 www.wwf.org.br

Cresça - Comida. Justiça. Planeta

Temos comida no planeta para alimentar a todos, mas a fome e a obesidade são indicadores de que o sistema de distribuição não está funcionando direito. Visando conscientizar a população quanto ao desperdício de alimentos, a Oxfam lançou a campanha Cresça - Comida. Justiça. Planeta nas redes sociais. A organização tem realizado o monitoramento da *hashtag* #fome no Twitter, mesmo que ela seja usada de forma indiscriminada. Quem publicar #fome até para dizer que está com fome poderá receber uma resposta com um convite para conhecer a página do Facebook da campanha. Lá, é possível acompanhar o horário de pico em que os internautas brasileiros dizem sentir fome no Twitter e divulgar informações sobre o assunto.

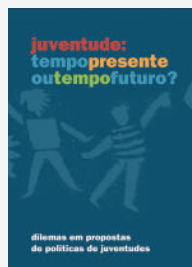
 www.facebook.com/campanhacresca

Radar

Juventude: Tempo Presente ou Tempo Futuro?

Juventude: Tempo Presente ou Tempo Futuro? (195 págs., *download* gratuito) tem o objetivo dar subsídio para alimentar as discussões que, pelo Brasil afora, antecederam a Conferência Nacional de Juventude, em 2008. O ponto de partida é a análise de dois documentos: *Política Nacional de Juventude - Diretrizes e Perspectivas*, produzido pelo Conselho Nacional de Juventude, e *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2007: o Desenvolvimento e a Próxima Geração*, assinado pelo Banco Mundial. Coloca-se aqui à disposição do debate público uma análise comparativa dos dois documentos – elaborada por meio da consultoria de Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Alessandro de Leon –, e, também, as contribuições dos participantes do Seminário Juventude.

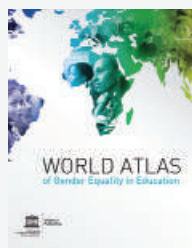
 www.gife.org.br



World Atlas of Gender Equality in Education

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou o *World Atlas of Gender Equality in Education* (128 págs., *download* gratuito), que destaca as diferenças na educação de garotos e garotas em termos de acesso, participação e progressão. O material contém mais de 120 mapas, tabelas e gráficos e ilustra como as disparidades de gênero mudaram desde 1970 e como são afetadas por fatores como localização geográfica, investimento, campo de estudo e riqueza nacional. A publicação mostra que garotas em todas as partes do mundo foram beneficiadas com os esforços de alcançar educação primária universal, especialmente desde 1990, com dois terços dos países tendo alcançado igualdade de gênero no nível primário.

 www.unesco.org.br



Designer cria dispositivo que monitora a quantidade de água utilizada no banho

Aos se deparar com uma placa em um quarto de hotel que dizia: Por favor, use água com moderação, o designer Paul Priestman teve a ideia de criar um pequeno dispositivo, intitulado de *Waterpebble*, que monitora a quantidade de água utilizada em cada banho. Ao criar o dispositivo, Priestman pensou nas pessoas que costumam utilizar parte do tempo embaixo do chuveiro para pensar na vida, mas que se esquecem de pensar no quanto de água consomem em banhos longos. O *Waterpebble* é um dispositivo redondo que, quando colocado no chão, monitora e alerta sobre a quantidade de água que já foi consumida durante o banho. Ele sinaliza com as luzes, como se fosse um semáforo de trânsito, quanta água já foi utilizada.

 www.waterpebble.com

ONG divulga lista de carros que utilizam materiais mais e menos tóxicos

A ONG norte-americana Ecology Center divulgou um estudo em que mais de 200 carros foram analisados para identificar o tipo e o nível de materiais químicos utilizados na fabricação dos automóveis que podem afetar a saúde. Para realizar o estudo foi usado um sistema de raio-x de fluorescência para identificar gases liberados por produtos químicos aplicados em certas peças do carro, como o volante, painel, assentos e portas. De acordo com a análise, até o “cheirinho de carro novo” pode ser de origem tóxica, já que é, na verdade, o cheiro de produtos químicos tóxicos fora-gasificação de auto peças interiores, como os assentos, painéis e acabamentos do veículo.

 www.ecologycenter.org

Peruca, Pizza e Pitadas de Químio – Relatos bem-humorados de um tratamento de sucesso contra o câncer

Em 2009, quando foi diagnosticada com um tipo agressivo de câncer, um linfoma não-Hodgkin, a socióloga Ivani Rossi decidiu criar um boletim on-line – uma espécie de blog particular, em que enviava aos filhos, parentes e amigos, informações, quase sempre diárias, sobre o seu estado de saúde e a evolução do tratamento, que durou aproximadamente seis meses. Para que esse material não se perdesse e ainda pudesse servir de referência a outros interessados, Ivani decidiu transformar o conteúdo dos e-mails no livro *Peruca, Pizza e Pitadas de Químio – Relatos bem-humorados de um tratamento de sucesso contra o câncer* (256 págs., R\$ 45). O prefácio é assinado por Wellington Nogueira, fundador da ONG Doutores da Alegria.

 www.pulpideias.com.br



Projetos Sociais Corporativos: como avaliar e tornar essa estratégia eficaz

Projetos Sociais Corporativos: como avaliar e tornar essa estratégia eficaz (264 págs., R\$ 63) propõe avançar com a avaliação da ação social da empresa na comunidade com base nos critérios da eficácia pública e da eficácia privada. Maria Cecília Prates Rodrigues discute os atuais desafios nesses campos e apresenta uma metodologia abrangente e objetiva para planejar, avaliar e comunicar os projetos sociais corporativos. Por meio de vários exemplos e casos práticos, o livro enumera erros e acertos que vêm sendo realizados e aponta aspectos-chave para o fortalecimento da gestão da ação social empresarial e para os seus resultados mais efetivos.

 www.editoraatlas.com.br




Hospital infantil abre cadastro de voluntários

O Hospital infantil Sabará (em Higienópolis, São Paulo) está cadastrando voluntários para atuar em diversas áreas, que incluem serviços de acolhimento a paciente e familiares, pronto-socorro, internação e brinquedotecas. O programa visa compartilhar o conhecimento (por meio de palestras) em ações relacionadas à responsabilidade social, humanização de ambientes corporativos e gestão de pessoas, além de viabilização de projetos da entidade. Entre os participantes está o publicitário Valdir Cimino, que atua na área de voluntariado há 19 anos. Ele explica que o trabalho desenvolvido pelo voluntário na fundação pode trazer conhecimento na prevenção e promoção de saúde, além de educação, alívio, acolhimento para os atendidos.

 www.sabara.com.br


Fundação oferece vídeo-aulas on-line gratuitas

A Fundação Lemann está fazendo um trabalho de tradução dos vídeos educativos produzidos pela ONG Khan Academy. A iniciativa é uma parceria com o Instituto Natura e o Instituto Península. Os vídeos contam com animações que ilustram o conteúdo apresentado. São aulas de disciplinas como Biologia, Física, Química e Aritmética, que podem ser acessadas por módulos de exercícios no site do projeto. A Fundação Lemann também pretende experimentar o funcionamento do material em salas de aula. O primeiro passo será implantar um projeto piloto de levar as aulas a seis turmas do 5º ano de escolas municipais de São Paulo. O material em Português já está disponível no site da fundação.

 www.fundacaolemann.org.br

BuscaLá

Preocupados com o consumismo, os empresários brasileiros Marcello Wallace e Leonardo Comino decidiram seguir um dos exemplos de sucesso na Europa e nos Estados Unidos e aderiram ao Movimento Consumo Colaborativo, criando o site buscala.com.br, tudo na intenção de poupar o meio ambiente propondo pequenas alterações em nossos hábitos. Segundo o BuscaLá, atualmente, consumimos 20% a mais de recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. Por isso, uma mudança de atitude é mais do que necessária e é bem mais simples do que você pode imaginar. “Uma mudança de atitude simples e necessária. Compartilhando, ajudamos a reduzir o consumo global dos recursos”, afirmou Wallace.

 www.buscala.com.br



Joanninha e Clube do Brinquedo

A cada comemoração de aniversário, Dia das Crianças e Natal surge a dúvida do que comprar para os pequenos. Os brinquedos são a grande preferência, no entanto, acabam acumulando. Então, que tal alugar em vez de comprar? Essa foi a ideia de duas lojas on-line, a Joanninha e o Clube do Brinquedo, com a proposta de consumo consciente e desperdício zero. As vantagens são muitas. Além do consumo compartilhado, o aluguel de brinquedo estimula as crianças com práticas sustentáveis, assim como proporciona maior variedade de brincadeiras, economia de espaço, dinheiro e tempo. A ideia já é praticada em países europeus, e partiu do princípio de que a tendência mundial é compartilhar o que já existe.

 www.joanninha.com.br

 www.clubedobrinquedo.com.br



Brasileiros são os mais felizes do mundo, aponta pesquisa da FGV

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que os brasileiros lideram o Índice de Felicidade Futura (IFF). Essa é a quarta vez consecutiva que o povo brasileiro fica a frente do ranking, feito a partir de dados do Gallup World Poll em 158 países. Realizada com cerca de 200 mil pessoas, a pesquisa realizada em 2011 buscou saber a expectativa de felicidade das pessoas no presente e nos próximos cinco anos. De acordo com o estudo, os brasileiros atribuem nota 8,6 numa escala de 0 a 10 para sua felicidade em 2015. Panamá, Costa Rica, Colômbia, Qatar, Suíça e Dinamarca seguem a lista de países mais felizes e positivos.

 www.cps.fgv.br

Portal Pró-Menino


A Fundação TelefônicaVivo reformulou o Portal Pró-Menino. Dotada de modernas ferramentas interativas e de um novo layout, a Rede permitirá que internautas compartilhem conteúdo e ajudem a construir o debate. Na nova Rede Pró-Menino, que já nasce com potencial de 320 mil visitantes mensais, há um maior dinamismo na divulgação de informações e na interação entre os participantes. Todos os inscritos podem compartilhar conteúdos – textos, vídeos e imagens – diretamente com os demais participantes. Além disso, com apenas um clique é possível publicar automaticamente tais materiais também no Facebook e no Twitter.

 www.promenino.org.br



Portal Câncer de Pele

Para esclarecer dúvidas de pacientes e auxiliar com métodos de prevenção, diagnóstico, tratamentos e exames, foi desenvolvido o portal Câncer de Pele. A iniciativa, criada pelo Dr. Marcelo Oliván, presta serviços aos pacientes sobre os cuidados com a pele, sintomas e conceitos do câncer de pele. O objetivo é auxiliá-los na prevenção da doença e ainda esclarecer as dúvidas on-line. “Hoje em dia a cura é bem possível na maioria dos casos, principalmente quando há prevenção. Por isso, enfatizo bem esse trabalho. Inclusive, disponibilizo uma seção “tira dúvidas” para a qual o paciente envia seu questionamento, eu respondo prontamente e arquivo no site, servindo como orientação aos demais pacientes”, explica Oliván.

 www.cancerpele.com.br



Maio

Dia	Evento	Local	Realização	Info
10	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: desafios e propostas	São Paulo/SP	Senac	www.sp.senac.br (11) 2182-6900
15	Técnicas artísticas para projetos sociais com crianças e adolescentes	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16	Fumcad em 4 etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17	Os 4 P's da captação de recursos: uma forma moderna de mobilizar!	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
18	ISO 26000: Responsabilidade Social para empresas e organizações sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Arrecadando Recursos para Prefeituras: Além de taxas e impostos	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
21 a 25	Imersão Contábil para organizações do Terceiro Setor	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23 a 25	Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2012	São Paulo/SP	Associação Brasileira de Captadores de Recursos	www.flac.org.br (11) 2281-9643
28	Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Contrato de Trabalho: determinado, indeterminado, flexibilidade, justa causa e outras modalidades rescisórias	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
31	Curso Prático: Renovação CEBAS na Área Educacional (SISCEBAS/ MEC).	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Junho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1	Saúde, Educação e Trabalho da pessoa com deficiência intelectual	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	Política Nacional de Resíduos Sólidos: oportunidades e desafios	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
13	Seminário Diálogo Social em Belo Horizonte	Belo Horizonte	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Certificações e Normatizações da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Siconv para a área de cultura	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20 a 22	Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Rio de Janeiro	ONU	www.rio20.info
20	Captação de recursos para obras, eventos ou aquisições acima de R\$ 150 mil	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Formação de Conselheiros Tutelares	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	Novas regras na prestação de contas das organizações sociais	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	Mídias sociais e ferramentas web: mobilização de recursos e pessoas	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Seminário Diálogo Social em Maceió	Maceió	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Julho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2 a 6	Oficina Intensiva em Infância e Adolescência – Da teoria à prática	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16 a 20	Oficina intensiva em captação e mobilização de recursos: teoria e prática	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23 a 27	Oficina Intensiva em Siconv: Gestão de convênios e repasse de recursos do Governo Federal para o Terceiro Setor	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195



Brilho nos pés, brilho nos olhos



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Às vésperas do último Carnaval, no saguão do aeroporto Santos Dumont, na capital do Rio de Janeiro, escuto:

- Doutor, vamos engraxar?

O autor da pergunta é um homem jovem, magro, cabelos raspados por uma máquina, sotaque puxado. Ser chamado de doutor nessas situações me faz lembrar desses códigos sociais que misturam respeito com poder. Sou doutor apenas quando estou com meu personagem de palhaço visitando hospitais. Ali sou Dr. Raviolli Bem-te-Vi. Fora dali, ser chamado por esse título me constrange, pois denuncia a forma que o outro me vê, neste caso, marcada por um ranço histórico que divide pessoas pelo fator econômico. Mesmo com o cabeção pensando tudo isso em segundos, meu semblante deve ter demonstrado a oportunidade de continuar o papo, pois ele seguiu:

- Veio curtir o carnaval?

- Não, vim para uma reunião e volto hoje mesmo – respondi.

Foi a minha vez de perceber que ele esperava uma resposta sobre a possibilidade de engraxar meu sapato de bico fino, que raramente sai do armário para pisar o chão da rua. Topei a parada.

- O pisante fica bonitão em cinco minutos? – perguntei.

- Claro, doutor.

- Então tá bom, mas só aceito se você não me chamar assim. Doutor é só no hospital.

Ele riu, e enquanto preparava sua caixa de madeira gasta pelos pés que ali pisaram, olhou para mim e disse:

- Deve ser muito legal ser médico, né?

Como eu havia criado aquela ambiguidade, preferi silenciar e mudar o rumo da prosa.

- Qual é o seu nome?
- Ronaldo – ele respondeu.
- Como tá o serviço?
- Essa semana tá meio fraco. E agora vai chegar o carnaval e eu fico sem trabalhar.
- Por quê? – perguntei.
- O senhor já viu alguém usar sapato no carnaval? – respondeu, rindo.

Eu ri também, envergonhado pela minha pergunta tonta. Fazia todo sentido. Acabara de aprender que vida de engraxate é dureza também no carnaval.

- E o que você vai fazer no carnaval? – perguntei.

- Eu tô juntando dinheiro pra comprar umas coisas pra vender na praia. Tá chegando o aniversário da minha filha de três anos e eu queria comprar uma piscininha pra ela. O senhor tem filho?

- Tenho uma filha de doze anos, respondi.

- Vai passar o carnaval com ela?

- Assim espero.

Aquele rapaz fazia brilhar o sapato dos outros para fazer brilhar os olhos da filha. Na ausência de “doutores” portando pisantes de couro no aeroporto, o plano era juntar um capital inicial pra investir em balinhas a serem vendidas com uma margem de lucro capaz de quitar o investimento e fazer sobrar alguns tostões. Na praia, ele trabalharia na areia para garantir o banho da filha na piscina de plástico.

- Hoje eu fico aqui até fechar, pra juntar mais dinheiro. Assim consigo comprar mais coisas – contou ele, enquanto terminava seu serviço aos meus pés.

- Tomara que passe muita gente de sapato de couro – disse eu.

- Mas nem é isso que faz a diferença, senhor. A diferença é que eles me enxerguem e confiem que eu só quero trabalhar e deixar o sapato mais bonito. Sapato sujo não pega bem, né?

Outra vez, sua colocação tinha sentido. Em um dos aeroportos mais frequentados por executivos no país, não era a quantidade de sapatos que determinava o resultado do serviço do engraxate. O fator determinante, expresso por Ronaldo, era a confiança de que ele estava ali pra trabalhar, assim como os transeuntes.

- Pronto, senhor. São seis reais.

Quando ele falou o valor, imaginei quantos sapatos ele teria de engraxar ao longo do dia pra chegar a uma quantia razoável e investir nos itens que garantiriam serviço a ele durante praticamente uma semana inteira. Puxei uma nota de valor bem superior ao que ele havia me dito. Enquanto buscava o troco no bolso, eu disse:

- Pode ficar, Ronaldo. Boa sorte no carnaval. Tomara que você consiga comprar a piscina para sua pequena.

- É sério? O senhor não quer o troco?

- Não.

- Posso dar um abraço no senhor?

- Só se você parar de me chamar de senhor. Nem doutor nem senhor. Só Felipe.

Ele riu e nós nos abraçamos. Enquanto algumas pessoas passavam ao nosso lado com olhares surpresos, lembrei do título dado à cidade do Rio de Janeiro. Cidade Maravilhosa. Naquele momento, a cidade estava maravilhosa porque se tornou palco do maior espetáculo da terra: o bom encontro entre duas pessoas, ambas trabalhando, firmes e fortes, para conquistar seus sonhos e fazer o mundo brilhar mais. ☺

O fator determinante, expresso por Ronaldo, era a confiança de que ele estava ali pra trabalhar, assim como os transeuntes

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br





Hospital Pequeno Príncipe

O Hospital Pequeno Príncipe é o maior hospital exclusivamente pediátrico do Brasil e realiza mais de 340 mil atendimentos por ano, oferecendo desde consultas até tratamentos de alta complexidade, como transplantes de rim, coração, fígado e ossos, cirurgias ortopédicas, neurológicas e oncológicas, entre outros. Com vistas a angariar fundos para dar continuidade ao atendimento direto de seus pacientes, o hospital elaborou opções criativas de presentes. Os produtos sociais servem para brindes corporativos ou para presentear amigos e familiares. São caixas decoradas e divertidas, que podem ser compradas já com os bombons, ou ainda vazias, para ser recheadas conforme a criatividade do comprador. Além desses produtos, o Hospital Pequeno Príncipe possui uma loja com diversos outros, como aventais, brinquedos, canecas, camisetas, sacolas ecológicas, adesivos, imãs, livros e CDs.

www.lojapequenoprincipe.org.br

Design Possível

O Design Possível é uma rede de desenvolvimento social que conta com a participação de estudantes, profissionais, ONGs e empresas. Seu objetivo é aplicar o design na forma de desenvolvimento de produto, gestão produtiva, comunicação e de outras maneiras que contribuam para a geração de renda, estimulando o desenvolvimento humano e social, de modo a proporcionar um design ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. Os produtos, confeccionados com banners de publicidade e sobras de produção da indústria automobilística, são as matérias-primas que dão origem aos itens desenvolvidos pela ONG, que vão desde bolsas e carteiras até acessórios para o carro e puffs para decorar o ambiente.

<http://www.designpossivel.org/>



Clube de Mães do Brasil

A Oficina Profissionalizante Clube de Mães do Brasil é uma entidade sem fins econômicos que desenvolve diversos trabalhos na área social e educacional. Presente nas ruas, favelas, cortiços e onde for preciso, a ONG vem cumprindo o papel para o qual foi criada: proporcionar cidadania e promover a vida. Por meio da capacitação profissional, busca promover qualidade de vida às pessoas que procuram a entidade. Todos os projetos desenvolvidos buscam recuperar os valores que cada pessoa tem, propondo-se a auxiliar no processo de reconstrução de sua cidadania.

<http://clubedemaes.org.br/site/>

Airu

O Airu é um mercado e comunidade on-line de produtos artesanais e design cujo propósito é conectar produtores diretamente com consumidores e resgatar um comércio humano, feito por pessoas e para pessoas. A entidade acredita no valor do trabalho manual e da produção com autoria: produtos únicos, com história e identidade, dão mais significado aos bens que são consumidos. O Airu pretende fazer com que mais pessoas se tornem empreendedoras: espera-se que designers, criativos, artistas e artesãos possam viver da sua profissão de escolha, sem jamais abrir mão do espírito amador daqueles que trabalham por prazer.

<http://www.airu.com.br/>



O maior e mais completo evento sobre
responsabilidade social do Brasil



ONG Brasil

Feira e congresso internacional das
organizações sociais, do investimento
social privado e da participação em
políticas públicas

UM OFERECIMENTO



A ONG Brasil é um evento sem fins lucrativos, que tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento social do nosso País. Além de reunir em um único local diferentes setores da sociedade, a ONG Brasil atua como uma plataforma de divulgação de importantes ações sociais realizadas por empresas, institutos, fundações e organizações.

**NÃO FIQUE DE FORA.
GARANTA AGORA MESMO O SEU ESPAÇO!**

- 15.000m² DE EXPOSIÇÃO
- MAIS DE 500 ONGS, INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E ENTIDADES
- CONGRESSO INTEGRADO: MAIS DE 190 PALESTRAS SIMULTÂNEAS E WORKSHOPS
- 15 MIL VISITANTES



6 - 8 Dezembro | **2012**
Expo Center Norte - São Paulo

Acesse o site e saiba tudo sobre o evento: www.ongbrasil.com.br
ou pelo telefone: ++ 55 11 46891935 - ongbrasil@ongbrasil.com.br

Apoio:



Parceiros de Mídia:



Realização:



Chegou a hora de captar
as novidades.

Festival
Latino-Americano
de Captação de Recursos
FLAC 2012

Venha participar do maior festival de captadores da América Latina: o **FLAC 2012**.
Um encontro aberto à troca de experiências, novas ideias e relacionamentos.

Faça parte de uma rede com mais de 400 profissionais de todo o mundo, veja
cases atuais e enriqueça o seu trabalho com as pesquisas mais recentes do mercado.

23, 24 e 25 de MAIO

Espaço APAS

Rua Pio XI, nº 1.200

Alto da Lapa

São Paulo

ACESSE **WWW.FLAC.ORG.BR**
E FAÇA A SUA INSCRIÇÃO.

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de
Captadores de Recursos

CORREALIZAÇÃO



APOIO DE DIVULGAÇÃO



PATROCÍNIO



ORGANIZAÇÃO

